



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**A FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ E SUAS POTENCIALIDADES  
COMO RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL**

Edilson de Souza Gibson Junior

João Mauro Sarmento Rebelo

Macapá

Dezembro/2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**A FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ E SUAS POTENCIALIDADES  
COMO RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao colegiado do Curso de História – Licenciatura como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciado em História pela Universidade Federal do Amapá sob orientação da Professora Dra. Cecília Maria Chaves Brito Bastos.

Macapá

Dezembro/2022

EDILSON DE SOUZA GIBSON JUNIOR  
JOÃO MAURO SARMENTO REBELO

**A FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ E SUAS POTENCIALIDADES  
COMO RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL**

Aprovada em: 22 / 12 / 2022

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Cecília Maria Chaves Brito Bastos  
(Presidente – Orientadora UNIFAP)

---

Prof. Dr. Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior  
(Membro - UNIFAP)

---

Profa. Dra. Ana Cristina Rocha Silva  
(Membro - UNIFAP)

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo compreender a importância da Fortaleza de São José de Macapá para ensinar História, sob a perspectiva da Educação Patrimonial, estimulando novas práticas educativas no ambiente escolar para educar docentes e discentes para a valorização desse e de outros patrimônios culturais amapaenses. A metodologia empregada para realizar este trabalho se baseou em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e com procedimento de revisão bibliográfica. Com isso, buscamos analisar a historicidade da Fortaleza, fortificação militar construída no período colonial, e seus usos posteriores, incluindo aspectos de seu processo de tombamento. Além disso, a metodologia da Educação Patrimonial foi indicada como possibilidade de inserir a Fortaleza de São José como conteúdo para ensino e aprendizagem no ambiente escolar. Dessa forma, foram analisadas algumas dissertações do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA-UNIFAP), produzidas entre os anos de 2018 e 2021, como indicativo dessa possibilidade. Como resultado desse estudo, demonstramos as potencialidades educativas ao aliar Patrimônio Cultural, Ensino de História e a Educação Patrimonial, além de evidenciarmos a relevância histórica da Fortaleza de São José de Macapá e como esse patrimônio poderá ser utilizado como recurso didático nas aulas de História.

**Palavras-Chave:** Fortaleza de São José de Macapá. Ensino de História. Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1 ASPECTOS SOBRE A HISTÓRIA DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ.....</b>	<b>9</b>
1.1 FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ: MARCA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA NAS TERRAS DO CABO NORTE.....	9
1.2 DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO AOS “TRABALHADORES DA PEDRA”.....	13
1.3 OS USOS DA EDIFICAÇÃO.....	17
<b>2 A PATRIMONIALIZAÇÃO DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ.....</b>	<b>20</b>
2.1 TOMBAMENTO DA FORTALEZA E SUA GRANDIOSIDADE DESCRITA PELOS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS.....	20
2.2 A PRESENÇA DA FORTALEZA NA LISTA INDICATIVA A PATRIMÔNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE E FORMAS DE CONSCIENTIZAR PARA PRESERVAR.....	28
<b>3 CONSCIENTIZAR PARA PRESERVAR: A FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ EM SALA DE AULA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....</b>	<b>32</b>
3.1 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO METODOLOGIA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL.....	32
3.2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS AMAPAENSES.....	35
3.3 CAMINHOS PARA A UTILIZAÇÃO DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ COMO RECURSO DIDÁTICO NAS AULAS DE HISTÓRIA.....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse em estudar práticas educativas nas aulas história, que pudessem ir além da utilização do quadro branco como recurso didático no ambiente escolar e envolvesse aspectos da história local e do Patrimônio Cultural, surgiu em decorrência da disciplina Estágio Supervisionado em Docência II – Ensino Médio do curso de História - Licenciatura da Universidade Federal do Amapá. No decorrer do nosso estágio na Escola Estadual Professora Maria Benigna Moreira de Souza vivenciamos práticas onde o professor ora utiliza livros didáticos e ora o quadro, onde escrevia conteúdos escolares com exposição oral da disciplina.

Durante o referido período na instituição, datado em outubro de 2015, o docente lecionava para a turma de 3º ano do ensino médio tópicos sobre história local, mais precisamente, o cenário político amapaense da segunda metade do século XX à contemporaneidade. A escola padecia de recursos que podiam auxiliar o docente na sua prática pedagógica como por exemplo um projetor para mostrar aos alunos imagens daquele momento histórico. Salientamos, também, a alta temperatura no interior da sala que interferia, significativamente, no bem-estar dos alunos e de quem estivesse ali.

Naquele momento refletimos sobre a realidade dos professores e o desafio da docência e de que maneira os conteúdos acadêmicos que tivemos contato no decorrer da graduação poderiam auxiliar nessa tarefa. Desta forma, recordamos sobre o conteúdo ministrado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I, principalmente a obra **Guia de Educação Patrimonial**, da autora Evelina Grumberg (2007) e entre outras vistas em outras disciplinas que nos despertaram a vontade de estudar as possibilidades de utilizar o Patrimônio Cultural no Ensino de História, por meio da Educação Patrimonial.

Após leituras sobre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial e as práticas desenvolvidas nas disciplinas estudadas, escolhemos pesquisar essa temática para nosso TCC. Desse modo, articulamos o seguinte objetivo: compreender a importância da Fortaleza de São José de Macapá para ensinar História, sob a perspectiva da Educação Patrimonial, estimulando novas práticas educativas no ambiente escolar para educar docentes e discentes para a valorização desse e de outros patrimônios culturais amapaenses.

Justificamos essa escolha porque a Fortaleza de São José de Macapá tem relevância não só para a História, mas para outras áreas do conhecimento tais como a

Arqueologia, a Arquitetura, a Engenharia militar e, sobretudo para o Ensino de História. Essa importância pode ser confirmada por meio de pesquisas realizadas por essas áreas de conhecimento, entre os séculos XX e XXI, utilizadas ao longo desse trabalho. Com relação ao Ensino de História podemos dizer que, recentemente, esse patrimônio vem despertando docentes para elaboração de propostas e caminhos pedagógicos a serem trilhados para utilizar a Fortaleza como recurso didático em suas aulas.

Para tanto, teremos as seguintes questões norteadoras a serem respondidas com o desenvolvimento da nossa pesquisa: Qual a relevância histórica da Fortaleza de São José de Macapá para o Estado do Amapá? Por que se faz necessário abordar a temática da Fortaleza de São José de Macapá no ambiente escolar? Quais as possibilidades em utilizar a Fortaleza de São José de Macapá como recurso didático nas aulas de História? Para responder a esses questionamentos, partimos da premissa que a Fortaleza de São José de Macapá é um patrimônio cultural material tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com uma historicidade que contribui para compreender a formação do atual Estado do Amapá e as origens dos antepassados que um dia habitaram esta região. Assim, torna-se imprescindível ações voltadas para a sua valorização, principalmente no ambiente escolar. Ademais, os estudos dos pesquisadores do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA-UNIFAP) são uma fonte indispensável para averiguar as possibilidades em utilizar a Cultura Material na escola através da prática da Educação Patrimonial nas aulas de História.

A metodologia empregada para a confecção deste trabalho baseia-se em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e procedimento de revisão bibliográfica. Deste modo, empreendemos uma compilação bibliográfica que englobou obras e documentos oficiais, tais como: livros, dissertações de mestrado, artigos científicos, Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's); Referencial Curricular Amapaense (RCA); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Essa etapa mostrou-se necessária para desenvolver sobre a historicidade da Fortaleza, a sua relevância, tanto para a História quanto para outras áreas do conhecimento como a Arqueologia, as benesses em utilizar o Patrimônio Cultural local nas aulas de História e as experiências anteriores em Educação Patrimonial aplicada ao Ensino de História ocorridas em Macapá.

Desta maneira, para alcançar os objetivos propostos, este trabalho está dividido em três sessões. A primeira seção abordar sobre os aspectos históricos da Fortaleza, desde

sua concepção como edificação militar do período colonial, até os seus usos no decorrer do tempo, para isso utilizamos as seguintes obras acadêmicas: Camilo (2003); Machado (2001); Brito (2013); Bombardi (2015); Castro (1999); Costa (2015); Costa (2011) e Ravena (2008).

A segunda seção consiste em evidenciar como se deu o processo de tombamento da Fortaleza e a sua relevância para a História, Arqueologia, Arquitetura e Engenharia militar não só para o Brasil, mas para o mundo. Obras de autores como Lemos (2006); Funari e Pelegrini (2009); Marchette (2016); Picanço (1981); Magalhães (2006); Albuquerque (2007); Albuquerque e Lucena (2010); Oliveira (2019) foram utilizadas para expor tais informações.

Já a terceira seção consiste em abordar alguns aspectos epistemológicos da Educação Patrimonial e a as suas manifestações no Ensino de História em Macapá, além da apresentação da proposta tendo como referência os ensinamentos de Isabel Barca sobre o modelo de aula-oficina utilizando uma das atividades presentes no **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Para isso, além de outras referências, obras como Silva (2018); Ribeiro (2020); Souza (2020); Nascimento (2018); Brito (2021); Marchette (2016); Horta (1999); Barca (2013) e Grunberg (2007) foram exploradas.

## 1 ASPECTOS SOBRE A HISTÓRIA DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

Nesta seção será tratado a historicidade do patrimônio Fortaleza de São José de Macapá, ressaltando: a estratégia geopolítica portuguesa para a implantação de um projeto de colonização e a construção de um cinturão de fortificações no interior da região amazônica para a salvaguarda do território lusitano, com base nas pesquisas de Camilo (2003); seus usos no decorrer do tempo, apontados por Machado (2001) e Brito (2013) e a finalidade de construção do forte, os sujeitos e as condições presentes no canteiro de obras e as estruturas internas ali presentes, informações encontradas nas obras de Bombardi (2015), Castro (1999), Costa (2015), Costa (2011) e Ravena (2008).

### 1.1 FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ: MARCA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA NAS TERRAS DO CABO NORTE

A Fortaleza de São José de Macapá localizada na foz do rio Amazonas é a prova material da ocupação lusitana nas terras que hoje é o Estado do Amapá. A estrutura grandiosa desse patrimônio é a marca deixada para os outros povos, principalmente ingleses, franceses e holandeses, de que essa área pertencia a coroa portuguesa.

É importante ressaltar que a política de construção de fortes no interior da região amazônica não se iniciou na segunda metade do século XVIII (período de construção da Fortaleza)<sup>1</sup> e, sim, nos princípios do século XVII, como aponta Bombardi (2015). Segundo o autor, as fortificações militares foram um dos símbolos da ocupação portuguesa no Novo Mundo e que foram:

Construídas em pontos estratégicos, na beira-mar ou em rios, serviram tanto à necessidade prática de defesa do território como configuraram-se em importantes marcos políticos de domínio. Sem a formação ordenada desses empreendimentos, acreditamos, ficaria inviável o estabelecimento de uma colonização efetiva. (BOMBARDI, 2015, p.19).

---

<sup>1</sup> Utilizaremos a grafia do vocábulo “Fortaleza” em letra maiúscula pois para a comunidade amapaense tal palavra ao remeter sobre o monumento Fortaleza de São José de Macapá constitui-se em nome próprio. Para mais informações ver MACHADO, Claudete Nascimento. Os olhares a Fortaleza de São José de Macapá: do tombamento (1950) aos dias de hoje (2001). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 24.



Soma-se a isso, conforme Camilo (2003), a preocupação do Rei D. José I<sup>2</sup> (1750-1777) em garantir a defesa do território da ofensiva de estrangeiros, principalmente com a descoberta das jazidas de ouro nas capitanias do Mato Grosso e Goiás, por volta da primeira metade do século XVIII. Recuperar a economia e garantir a posição estratégica nas terras do Cabo Norte, ameaçada por outras nações estrangeiras. Dessa forma, durante o reinado de D. José I, o então nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra Sebastião, José de Carvalho e Mello (conhecido como Marquês de Pombal)<sup>3</sup>, ficou responsável por essa tarefa.

Costa (2011) ao estudar este período destaca que as reformas pombalinas buscavam modernizar a gestão administrativa da colônia em uma tentativa de romper com as práticas do antigo regime e estimular as áreas que apresentavam potencial econômico para a metrópole. Para o autor, “a América Portuguesa era fundamental às pretensões de soerguimento da política econômica do império” (2011, p. 26).

Uma das maiores provas desse interesse da Metrópole com relação a sua colônia, conforme Costa, foi a atenção dada a “Amazônia Portuguesa<sup>4</sup>” através de medidas que garantiam uma maior presença do império nessas terras tais como “desmantelamento do sistema de missões religiosas, convertidas administrativamente em vilas e lugares” e também ligadas a isso a “a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e

---

<sup>2</sup> Nasceu em Lisboa, Portugal, em 6 de junho de 1714. Filho do rei d. João V e da rainha d. Maria Ana de Áustria, era intitulado príncipe do Brasil e duque de Bragança. O reinado de d. José (1750-1777) foi marcado pela predominância política do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (1759) [...] Subiu ao trono em 31 de agosto de 1750 e foi aclamado oficialmente em 7 de setembro do mesmo ano. Para mais informações ver página eletrônica: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/385-jose-francisco-antonio-inacio-norberto-agostinho-d-jose-i>>. Acesso em 02 de Abr. de 2022

<sup>3</sup> Nasceu em Soure, norte de Portugal, em 13 de maio de 1699. Tinha origem na pequena nobreza provincial, sem muitos recursos. Estudou leis na Universidade de Coimbra. [...] Foi nomeado para missão diplomática em Londres em 1738 e, em 1845, para a corte de Viena [...] Retornou a Lisboa em 1749, sendo nomeado, em 1750, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, por d. José I. Para mais informações ver página eletrônica: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/386-sebastiao-jose-de-carvalho-e-melo-marques-de-pombal>>. Acesso em 02 de Abr. de 2022.

<sup>4</sup> Segundo Costa (2011, p.21), “Entende-se, aqui, que a expressão Amazônia Portuguesa designa, grosso modo, as áreas pertinentes aos Estados distintos e separados do governo do Estado do Brasil”.

Maranhão<sup>5</sup> (1755) e a abolição da escravidão indígena (1755), com a posterior instituição do Diretório<sup>6</sup>”. (COSTA, 2011, p.25).

O responsável em tomar essas e outras medidas provenientes das políticas pombalinas para a Amazônia foi Francisco Xavier de Mendonça Furtado<sup>7</sup>, nomeado em 5 de julho de 1751 como governador do Grão-Pará e Maranhão, ficando no cargo até 3 de março de 1759. Camilo (2003) ao analisar as instruções reais a Mendonça Furtado, de 31 de maio de 1751, descreve a preocupação do monarca em povoar a região e providenciar ali alguma defesa para as constantes investidas estrangeiras no local. Como dito anteriormente neste trabalho, antes da nomeação de Mendonça Furtado, já existiam fortificações na Amazônia e que com a chegada do governador estas já existentes passaram por reformas e outras foram edificadas, entretanto, tinha-se informações que “desde 1749, já era do conhecimento do rei a necessidade de se construir no povoado de Macapá uma fortificação maior que a existente” (CAMILO, 2003, p.58).

Assim, era necessária uma construção de caráter permanente, grandiosa e robusta capaz de cumprir os objetivos traçados por Pombal para com o Cabo Norte. Neste sentido, Adler Homero afirma que:

Como resposta à ameaça foi erguido o que talvez seja o maior monumento a engenharia militar portuguesa no Brasil, ou seja, a fortaleza de S. José de Macapá. Imensa e bem construída, essa fortificação se ajustou razoavelmente às propostas do Marquês de Pombal para a região, servindo de prova efetiva e tangível de que a coroa portuguesa era a proprietária do Cabo do Norte e de que qualquer pessoa que tentasse disputar a posse teria que superar esse gigantesco obstáculo antes de atingir seu objetivo. A fortaleza passava a ser o verdadeiro “fecho do Império” na foz do Amazonas. (CASTRO, 1999, p.136).

---

<sup>5</sup> Na visão de Camilo (2003) tal companhia exerceu um papel regulatório em setores como o comércio e o fornecimento de mão de obra (escravos africanos e indígenas) para os serviços públicos e aos particulares, além de empreender “a instalação de uma ousada linha de fortificações pela região amazônica” (CAMILO, 2003, p.33).

<sup>6</sup> Segundo Camilo (2003) Uma de suas premissas era a tutela e o controle da exploração da mão de obra indígena por parte da metrópole. Aprovado em 1755 por D. José I.

<sup>7</sup> Além de governador, foi Secretário de Estado da Marinha e Ultramar (1760-1769). Era irmão do marquês de Pombal. Seguindo os passos do pai, militar, ingressou no Regimento da Armada em 1735, e partiu para o Brasil no ano seguinte[...]. Para mais informações, ver a página eletrônica: < <https://edittip.net/2015/01/10/furtado-francisco-xavier-de-mendonca-1701-1769/>>. Acesso em 30 de mar. de 2022.

Portanto, o caráter permanente da presença do império português nas terras do Cabo Norte<sup>8</sup> é sacramentado com a pomposa presença da Fortaleza que era uma exceção da engenharia portuguesa no Brasil colonial, devido reunir “todos os elementos de uma boa fortificação, até pequenos detalhes, só aparecem reunidos hoje em dia, de forma clara e completa, em Macapá” (CASTRO, 1999, p.136).

Na próxima subseção vamos tratar sobre o processo de construção da Fortaleza, a mão de obra empregada e as condições presentes no canteiro de obras.

## 1.2 DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO AOS “TRABALHADORES DA PEDRA”

O projeto de construção da Fortaleza de São José de Macapá recebeu inúmeras modificações. Segundo informações de Castro (1999, p.176), “sua forma final foi resultado de uma evolução de projetos”. Para o autor, “O projeto que realmente daria origem à construção que hoje existe foi traçado pelo capitão de Engenheiros Henrique Antônio Gallucio<sup>9</sup>”.

Desta forma, ao se referir sobre a soma das edificações que a compõem e ao projeto de sua construção, Costa (2015) afirma que:

O conjunto da fortaleza ocupa 84.000m<sup>2</sup>, em estilo Vauban dito de 8 classe. Trata-se de uma fortaleza abaluartada regular de quatro faces [...] Os baluartes foram assim batizados: Nossa Senhora da Conceição, São José, São Pedro, e Madre de Deus. Havia ainda no projeto obras exteriores, por exemplo, como: um fosso aquático que circundaria a fortaleza pelos lados Norte e Oeste. Diante do fosso dois revelins ligados ao corpo da praça por pontes; a Sul e a Leste os fossos seriam secos cobertos por um pequeno revelim a Sul e um hornaveque a Leste. (COSTA, 2015, p. 86).

Ainda quanto aos elementos edificados presentes na Fortaleza, a Costa acrescenta que:

---

<sup>8</sup> Segundo informações de Santos e Sousa (2022) as terras do Cabo Norte representavam a parte setentrional do Brasil Colônia e na segunda metade do século XVIII possuía as vilas de São José de Macapá, Vistosa de Madre de Deus, Nova Mazagão e Sant’Anna instaladas em seu território que sofreu forte influência das políticas pombalinas no decorrer deste período (SANTOS; SOUZA, 2022).

<sup>9</sup> De acordo com Fernando Pimentel Canto (2015), pouco se sabe sobre a vida de Galucio antes de vim para o Brasil, contudo sua origem é Italiana, oriundo de Mântua. Era engenheiro e Sargento-Mor do Exército Português. A convite de Mendonça Furtado trabalhou na Comissão demarcadora de limites no norte da Colônia. Para mais informações consultar CANTO, Fernando Pimentel. Henrique Galucio: trajetória, agonia, e morte do gênio construtor da Fortaleza de São José de Macapá. Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v.5, n.2, p. 29-37, jul./dez. 2015. Disponível em <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/2080/cantov5n2.pdf>> Acesso em Abr. de 2022.

Ligando os baluartes com 14 canhoneiras lançantes em cada um deles existem as cortinas e embaixo das mesmas foram construídas duas casamatas, que estão num subterrâneo abobadado [...] O recinto da praça principal é um quadrado perfeito, onde se acham oito edifícios para os diferentes usos de uma praça de guerra (casas do comandante e dos oficiais, capela [...], casa do capelão, e do cirurgião-mor, hospital, paiol de pólvora e armazéns). No centro da praça construíram uma cisterna que funcionava como sistema de drenagem da fortaleza, evitando o seu alagamento. (COSTA, 2015, p. 87).

Alguns desses elementos são analisados por Castro (1999) e nos ajudam a entender a qualidade da edificação. Para o autor, a presença de casamatas<sup>10</sup>, esplanadas<sup>11</sup> e “prédios à prova de bomba” existiam em outras edificações na colônia, porém não juntas. Outrossim o autor analisa o paiol de pólvoras que “além de ser a prova de bombas, tinha uma muralha em torno para[...] canalizar a explosão para cima sem afetar muito o restante da fortificação”. A presença de janelas de ventilação ao redor do prédio contava “com curvas para que o jato de uma explosão externa não atingisse o interior [...] além de serem estreitas demais para serem atacadas por traição<sup>12</sup>” (CASTRO, 1999, p.175).

Além do paiol de pólvora, Castro (1999) também enfatiza a presença de fornos de balas ardentes que era incomum nas edificações militares da colônia. Tal estrutura tinha por objetivo aquecer as balas para assim que fizesse contato com estruturas inimigas provocasse um incêndio, ocasionando maiores danos aos invasores. Outra estrutura apontada é o portão do forte que nas palavras do autor:

Muitas fortificações tiveram pontes levadiças no País, mas o caso de Macapá é quase único por ter tido duas – uma ligando a porta ao revelim e outra ligando-o à esplanada – além de haver a previsão de um órgão e duas portas no corredor de entrada, conformando uma das defesas mais completas que já existiram por aqui e cujos vestígios podem ser observados hoje em dia[...] (CASTRO, 1999, p.176).

---

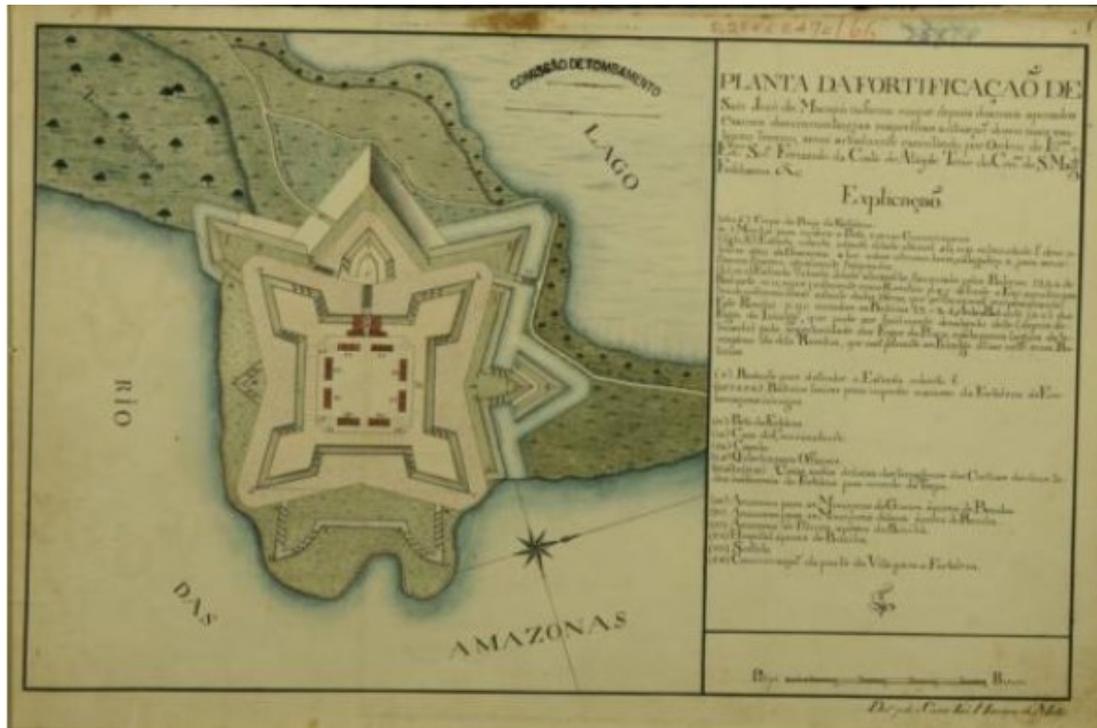
<sup>10</sup>“Abrigo subterrâneo fortificado, geralmente abobadado, destinado a proteção de pessoas, mantimentos, material ou munições.”. *In* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa 2008-2021. Para mais informações ver a página eletrônica: <<https://dicionario.priberam.org/casamata>>. Acesso em 01/05/2022.

<sup>11</sup>“Terreno plano, largo e descoberto, na frente de fortificações ou de um edifício.” *In*. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa 2008-2021. Para mais informações ver a página eletrônica: <<https://dicionario.priberam.org/esplanada>>. Acesso em 01/05/2022.

<sup>12</sup> Segundo Castro (1999) este vocábulo foi encontrado em um manual de engenharia portuguesa do período de construção da Fortaleza que consistia em recomendar que as janelas fossem propositalmente estreitas para que caso o inimigo conseguisse jogar um rato, com uma mecha de fogo acesa, por elas, eles não conseguissem chegar no interior do paiol.

Desta forma, Castro (1999) conclui que Macapá apresenta um exemplo de como deveria ser uma edificação militar no século XVIII, coadunando com os estudos de Costa (2015, p.87) ao se referir a Fortaleza como “obra de monumental importância do ponto de vista da arquitetura militar da Amazônia”, conforme pode se verificar na Figura 2.

**Figura 2:** Planta da Fortaleza de São José de Macapá



Fonte: COSTA (2015, p. 86).

Como analisado por Ravena (2005), para uma obra deste porte foram utilizados vários trabalhadores para as mais diversas ocupações, porém as condições de trabalho não eram as melhores e os gêneros alimentícios disponíveis na Vila de São José de Macapá, antes do início das obras da Fortaleza, já não eram suficientes para os moradores que ali viviam.

Ravena ao estudar sobre o tema relata acerca da incapacidade do Estado de prover as necessidades da população e acrescenta que “Até 1761 a produção de Macapá era suficiente para atender parcialmente as necessidades da população instalada na região”. Inclusive, segundo a autora, com a chegada dos homens responsáveis pela construção da Fortaleza leva-se a crer que houve um “descompasso na produção de alimentos” com relação ao consumo necessário para atender a demanda da população local. (RAVENA, 2005, p.142-143).

Além da deficiência alimentícia, Machado (2001) ao se referir sobre o processo de construção da Fortaleza, salienta que a execução das obras foi de grande sacrifício aos sujeitos envolvidos pelas adversidades presentes na região, dentre essas estão a escassez de recursos e dificuldade de recrutar mão de obra. Para a autora, esta última, pode ser classificada de duas formas: a livre, “representada pela corporação do Exército, capatazes e mestres do ofício”, e a compulsória que “na sua maioria composta por índios capturados oficialmente na região, e de negros africanos” (2001, p.38). Sobre essas atribuições presentes no decorrer das obras da Fortaleza a autora acrescenta que:

Outras dificuldades foram as epidemias que assolavam a região e as constantes fugas dos trabalhos forçado e maus tratos sofridos pelos índios e escravos negros, no trabalho brutal, “de sol a sol, sob rigorosas ordens”, que resultaram em “muitas mortes, provocadas por acidentes de trabalho. (MACHADO, 2001, p.38).

Para superar a dificuldade de recrutar mão de obra para uma edificação desta magnitude, Camilo (2003) esclarece que a criação da Companhia do Grão Pará e Maranhão, como já citado nesse trabalho, subsidiou a compra de escravos negros para serviços públicos “através das verbas procedentes das Câmaras[...] Os valores [...] correspondiam ao preço de custo praticado na África, acrescido apenas das despesas da viagem” (2003, p.127). Já com relação ao indígena, a autora destaca que a sua “emancipação” através de lei que garantiu “aos índios do Grão-Pará e Maranhão a liberdade de suas pessoas e bens” passando a serem tutelados pela Metrópole garantiu o emprego desses no projeto de Pombal para a região (2003, p.125).

Estes homens são estudados por Camilo em sua obra e batizados de “Trabalhadores da pedra<sup>13</sup>” e exerceram as mais diversas funções no canteiro de obras.

Para a autora:

Sem o trabalho desses operários, as teorias acerca da engenharia militar do século XVIII não teriam vida, pois foram as suas mãos que consolidaram os riscos dos engenheiros[...] No caso da Fortaleza de São José de Macapá, nos anos de 1765 e 1767, foram aplicados cerca de 250 a 350 operários, entre índios

---

<sup>13</sup> Expressão utilizada por Camilo no título do terceiro capítulo de sua dissertação de mestrado. Além dos indígenas e dos escravos negros, Camilo também inclui nesse grupo trabalhadores brancos pobres e mestiços. Nesta parte de sua obra, a autora aborda as estratégias utilizadas pela Metrópole para conseguir mão de obra suficiente para atender os anseios pombalinos para a região, além de evidenciar as condições sociais e de vida em que esses trabalhadores exerceram o seu papel para atender os anseios do Império. Para mais informações consultar: CAMILO, Janaina. Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá(1764/1782) – Dissertação (mestrado). Campinas, SP: UNICAMP, 2003. (p.123-149).

e negros, destinados à obra propriamente dita, às pedreiras, e às serrarias, trabalhando também como carreteiros, cozinheiros, serventes, caçadores e pescadores. Já as mulheres apareciam como serventuárias da casa (2003, p.132).

Enfatizamos, assim como Camilo (2003) e Machado (2001), a participação dos escravos negros e dos indígenas presentes no canteiro de obras da Fortaleza nesse período. Sem a atuação efetiva deles no processo de construção e, principalmente, na utilização dos seus conhecimentos durante a construção da edificação, tal monumento não teria toda a sua grandeza do ponto de vista material quanto do imaterial.

Camilo (2003) frisa que índios e escravos africanos trabalharam juntos na construção do forte, porém o indígena era mais utilizado como remadores, construtores de embarcações, pescadores e “[...] no que diz respeito à construção do forte de Macapá, como transportadores pelo rio Amazonas dos materiais necessários à obra” (2003, p.138). Já os Africanos, eram utilizados nas pedreiras, lavouras e “Além desses serviços, atuaram também nas serrarias como carreteiros e em trabalhos pastoris” (2003, p.130).

Fica evidente a contribuição dos índios e escravos africanos no processo de imaterialidade no processo de construção da Fortaleza através do uso de técnicas que deram vida aos projetos desenvolvidos pelos europeus através do seu saber fazer.

Na próxima subseção vamos abordar a utilização da Fortaleza no tempo, desde sua inauguração até os dias atuais.

### 1.3 OS USOS DA EDIFICAÇÃO

As obras de Adler Homero Castro (1999) e Claudete Machado (2001) nos ajudam a compreender a utilização da Fortaleza como edificação no decorrer do tempo e ambos os autores concordam que após o afastamento de Marquês de Pombal do poder promovido por D. Maria I, que assumiu no lugar de Dom José I após o seu falecimento em 1777, as pretensões portuguesas já aqui descritas para a edificação foram deixadas em segundo plano Castro (1999) alerta que mesmo restando algumas etapas externas a serem concluídas, a obra já estava pronta restando apenas a sua inauguração de forma oficial e, assim, a Fortaleza de São José de Macapá foi inaugurada em 19 de março de 1782.

Ainda nesse contexto, faz-se necessário frisar que a Fortaleza nunca esteve envolvida em um conflito e seus canhões jamais foram utilizados contra os invasores que tanto os portugueses temiam. Machado ao se referir sobre o tema afirma que a referida edificação teve um papel apenas de “posto de vigilante” (2001, p. 39) e que com o passar das décadas sofreu um processo de obsolescência devido à falta de interesse estatal em manter a sua grandiosa estrutura em pleno funcionamento.

No decorrer de sua pesquisa, Castro (1999) detalha o descaso com a Fortaleza por parte do Estado e nos diz que falta de investimentos em revitalizar a estrutura da fortificação e a carência de pessoal em operacionalizar uma estrutura militar daquele porte foram as principais causas que culminaram em sua desativação em 1908 através da Ordem do dia do Exército nº80 de 15 de fevereiro. Essa Ordem assim dizia:

Foi desclassificada a fortaleza de Macapá, que, ocupando uma posição sem importância militar, ficará entregue a um destacamento de três praças do Exército e um cabo de esquadra, logo que sejam apresentados aos respectivos corpos os sentenciados militares que ali cumprem pena e se recolham à Capital do Estado do Pará todo o material aproveitável e de fácil transporte e o arquivo da mencionada fortaleza. (Ordens do Dia do Estado Maior do Exército, Marechal João Pedro Xavier da Câmara. De acordo com aviso nº 254 de 14 de fevereiro de 1908, apud Castro, 1999).

Até a criação do Território Federal do Amapá (TFA), a Fortaleza passou por um período de abandono com parte de sua estrutura comprometida pela ação do tempo é o que nos diz Machado (2003) ao analisar a utilização da edificação por parte do Estado. Para a autora, Janary Gentil Nunes muda esse cenário ao utilizar o prédio como abrigo de caráter provisório ao corpo de funcionários do recém-criado TFA e, além disso, promove em 1950 as ações necessárias para o seu devido tombamento, processo este que será mais bem explanado mais a frente..

Para Machado, o governo do TFA promoveu no recinto da Fortaleza um centro de lazer, atraindo os olhares da população para o local, promovendo “festas populares e cívicas, programadas pelo governador Janary, a população amapaense frequentava e fazia da Fortaleza um espaço de lazer e manifestações culturais” (2003, p.66). Já no período da Ditadura Militar de 1964, a autora descreve que a Fortaleza foi “tomada da sociedade amapaense” (2003, p 69). As dependências da edificação ficaram à disposição da Guarda Territorial e suas celas ocupadas, principalmente, por pessoas contrárias ao regime

instaurado e, neste mesmo período, fora instalado no interior do forte o Clube Social do Círculo Militar.

Com o fim da Guarda Territorial e a criação da Polícia Militar do Território Federal do Amapá através da Lei nº 6.270 de 26 de novembro de 1975, a Fortaleza passa a ser sede da corporação da Banda de Música da instituição e recebe serviços de limpeza e reparos em sua estrutura.

Machado destaca também que no início dos anos de 1980 ocorreram os estudos de Dora e Pedro Alcântara que “fizeram um levantamento e prospecção do monumento, objetivando a criação do projeto de revitalização e utilização da Fortaleza como Patrimônio Histórico e Cultural.” (2003, p. 71). Esses estudos contribuíram para a restauração do monumento, ocorrida no final dos anos 1990, como destacado por Brito (2013).

Esta reforma, na visão de Brito (2013), foi o início de um planejamento para que a Fortaleza fosse transformada em museu através do decreto Lei nº1073 de 02 de Abril de 2007, sendo este o seu atual uso. Segundo a autora:

Embora a referida fortificação seja tombada como patrimônio nacional, o Museu Fortaleza de São José de Macapá é uma instituição de gestão estadual, pois o Governo do Estado possui um documento de concessão de uso. Sendo esta instituição vinculada à Secretaria de Cultura do Estado – SECULT.

Na próxima seção, vamos tratar sobre o processo de tombamento da Fortaleza de São José de Macapá, destacando o reconhecimento da sua importância histórica e arquitetônica, além de sua candidatura para patrimônio da humanidade e formas de conscientizar a população para a sua conservação.

Além de autores já mencionados nessa seção, outros serão utilizados para o aporte teórico tais como Lemos (2006); Funari e Pelegrini (2009); Marchette (2016); Picanço (1981); Magalhães (2006); Albuquerque (2007); Albuquerque e Lucena (2010); Oliveira (2019) dentre outros necessários para abarcar a temática proposta.

## 2 A PATRIMONIALIZAÇÃO DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

### 2.1 TOMBAMENTO DA FORTALEZA E SUA GRANDIOSIDADE DESCRITA PELOS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS

Antes de tratar sobre o processo de tombamento da Fortaleza de maneira específica, julgamos necessário tecer algumas considerações sobre a teorização proposta por Lemos (2006) para definir o que é o Patrimônio Cultural e posteriormente apresentar um panorama sobre a política patrimonial brasileira na primeira metade do século XX mais precisamente durante o governo de Getúlio Vargas<sup>14</sup> e a gestão de Gustavo Capanema<sup>15</sup> no ministério da Educação e Saúde Pública. Afinal, segundo Machado (2001), o projeto de construção de uma identidade nacional proposto por Getúlio irá resultar diretamente na abertura do processo de tombamento da Fortaleza.

Em sua obra Lemos (2006), baseado nos estudos de Hugues de Varine-Bohan, apresenta o Patrimônio Cultural em três categorias:

- A primeira é formada por elementos ligados aos recursos naturais, tais como rios, peixes e cachoeiras.

- A segunda refere-se ao saber fazer, aos elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural, como por exemplo as técnicas de sobrevivência do homem em seu meio, indo desde amolar uma faca até a comunicação entre os computadores.

- Já a terceira categoria “reúne os chamados bens culturais que englobam toda a sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer” (LEMOS, 2000, p.10). Vale ressaltar que este último grupo, nos primórdios da política patrimonial brasileira, foi privilegiado em ações voltadas para a sua proteção.

---

<sup>14</sup> Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS), no dia 19 de abril de 1882, filho do casal Manuel do Nascimento Vargas e Cândida Dornelles Vargas. [...] Em 1930 candidatou-se à Presidência da República pela Aliança Liberal e, não sendo eleito, tomou o poder através da Revolução de 30.[...] Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas deu um golpe de estado, instaurando a ditadura do Estado Novo que o manteve no poder até 1945. Para mais informações ver a página eletrônica: <<http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/103-getulio-vargas>>. Acesso em 01/06/2022.

<sup>15</sup> Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui, Minas Gerais, em 10 de agosto de 1900, filho de Gustavo Xavier da Silva Capanema e Marcelina Julia de Freitas Capanema. Foi o ministro da Educação e Saúde Pública no governo de Getúlio Vargas, sendo o político que por mais tempo ocupou o cargo em toda a história. Para mais informações ver a página eletrônica: <<https://portal.tcu.gov.br/centro-cultural-tcu/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-gustavo-capanema-1959-1961.htm>>. Aceso em 01/06/2022.

É o que nos aponta os estudos de Funari e Pelegrini (2009) sobre os primeiros instrumentos jurídicos criados para tal propósito. Os autores citam a Constituição de 1934 a qual foi o dispositivo legal que marcou o início da proteção ao patrimônio, pois limitava o direito de propriedade nas cidades históricas mineiras, além do mais a Constituição de 1937 intensificou tal limitação em território nacional viabilizando o processo de tombamento de um determinado patrimônio material.

Esta primeira forma de proteção aos bens patrimoniais brasileiros seria utilizada pelo Estado Getulista da seguinte forma:

As primeiras ações em defesa do patrimônio nacional incluíram a seleção de edifícios do período colonial – em estilo barroco – e palácios governamentais, em sua maioria prédios neoclássicos e ecléticos. Essas escolhas foram feitas devido a seus vínculos com a história oficial da nação. Enquanto a arquitetura foi elevada à condição de marca nacional capaz de promover a imagem de solidez do Estado Brasileiro (FUNARI & PELEGRINI, 2009, p.46).

O instituto jurídico do tombamento<sup>16</sup>, regulamentado através do Decreto-Lei n. 25/1937, na visão de Marchette (2016), foi uma versão simplificada do anteprojeto<sup>17</sup> proposto por Mario de Andrade para salvaguarda do patrimônio nacional, pois deu ênfase a preservação dos bens de “monumentalidade arquitetônica [...] valorizando a paisagem colonial [...] de tradição luso-brasileira” Marchette justifica essa atenção aos bens com essas características devido ao objetivo ideológico do Estado Novo (1937-1945), qual seja: de promover uma “identidade brasileira homogênea”. Para isso, Vargas incentivou o reconhecimento da memória nacional através de grandes monumentos, principalmente as construções do século XVIII. (MARCHETTE, 2016, p.33).

Na época o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>18</sup> foi o responsável em executar essa política patrimonial e suas ações, quando recém-criado,

---

<sup>16</sup> Segundo informações do IPHAN, o tombamento é o instrumento de proteção mais difundido, podendo qualquer pessoa física ou jurídica solicitá-lo, e que objetiva impedir a destruição ou mutilação de um bem cultural, deixando-o assim preservado para as gerações futuras. Além disso, pode ser praticado por todos os entes federativos. Na esfera Federal é regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25/37. Brito (2021) esclarece que no âmbito amapaense a Lei 0886/2005 é responsável pelas normas de tombamento. Para mais informações ver a página eletrônica: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em 02/05/2022.

<sup>17</sup> Segundo Marchette (2016), o anteprojeto do poeta Mario de Andrade, elaborado após o pedido do ministro Gustavo Capanema, visava a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro de maneira ampla, incluindo bens materiais e imateriais, englobando assim manifestações culturais diversas, indo muito além do rol patrimonial descrito no Decreto-Lei 25/1937.

<sup>18</sup> Em 1946 o SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970 o DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

seguiu a diretriz do governo Vargas. Conforme Marchette (2016, p.33) “Devemos atentar, porém, para o fato de o IPHAN, em seus primórdios, ter se focado nas manifestações edificadas, na materialidade que abrigou as classes sociais altas em suas fortificações e espaços públicos de poder”. Esta colocação é ratificada pelo levantamento realizado por Fonseca (*apud* LOPES & MILDNER, 2012, p.167) ao evidenciar que “Foram tombados, até o final de 1969, 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais”.

Neste contexto de exaltação ao patrimônio material pertencente as elites do período colonial e a “busca de uma identidade cultural brasileira alicerçada na valorização da arquitetura, criou condições para consolidar a Fortaleza de São José de Macapá como patrimônio histórico e cultural brasileiro” (MACHADO, 2001, p.60). Para a autora, esse processo marca o início da monumentalização da edificação. Na dissertação de Doval Brito, intitulada **Fortaleza de São José de Macapá: da construção à transformação em ícone da Amapalidade** (2021) encontra-se a Figura 3, referente a esse período.

**Figura 3:** Visita de autoridades a Fortaleza de São José de Macapá



Fonte: BRITO (2021. p. 49).

O responsável em consolidar essa política patrimonial brasileira nas terras do então Território Federal do Amapá (TFA) foi Janary Gentil Nunes<sup>19</sup>, que ao chegar em terras amapaenses encontrou a Fortaleza em um verdadeiro estado de abandono, como apontado pelo historiador Estácio Vidal Picanço, ao analisar as condições do forte nesse período:

Após a criação do Território como unidade Federal, a fortaleza de São José de Macapá foi encontrada pelo seu primeiro governador, o então Capitão do Exército Janary Gentil Nunes, completamente abandonada, totalmente cercada e tomada pelo matagal e com grandes árvores em seu recinto interior. Algumas muralhas internas e externas foram encontradas rodadas em grande extensão, surgindo nelas apuizeiros que atingiram a proporções monstruosas, fazendo com isso, que as fendas já existentes se dilatassem, deslocando e esmagando paredes e blocos de pedras. ( 1981, p.72).

Janary Nunes, na visão de Machado (2001), enviesado pela política patrimonial do então ministro Gustavo Capanema e pela busca de uma identidade nacional através da valorização da arquitetura, providenciou a vinda de técnicos do então SPHAN (Ofício datado de 31 de Julho 1944), para “realizarem levantamentos que culminariam com a abertura do processo de estudos para o tombamento da Fortaleza”, assim, tornando-a um patrimônio histórico nacional e do povo amapaense (MACHADO, 2001, p. 60).

A figura 4, retirada da dissertação de mestrado de Carla Marinho Brito intitulada **Visualidades da Fortaleza de São José de Macapá em interação com uma escola pública da cidade de Macapá** (2013), evidencia a condição de abandono pela qual a Fortaleza de São José de Macapá passou no início do século XX. Conforme Brito é possível perceber a deterioração do telhado da edificação através das setas em vermelho e a fortificação tomada pelo matagal.

---

<sup>19</sup> Janary Gentil Nunes nasceu em Alenquer (PA) no dia 1º de junho de 1912, filho de Joaquim Ascendino Monteiro Nunes e de Laurinda Gentil Monteiro Nunes [...] foi nomeado por Getúlio Vargas primeiro governador do território do Amapá[...]. Empossado em janeiro de 1944 [...] deixando a chefia do Executivo do Amapá em 1º de fevereiro de 1956, já no governo de Juscelino Kubitschek, assumiu dois dias depois a presidência da Petrobras. Para mais informações ver a página eletrônica: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janari-gentil-nunes>> Acesso em 01/05/2022.

**Figura 4:** O estado de abandono da Fortaleza no início do século XX



Fonte: BRITO (2013, p. 43).

Para a efetivação do processo de tombamento, o governo do TFA, em 1947, sob supervisão do SPHAN, promoveu a primeira restauração da Fortaleza realizada pelos próprios membros da Guarda Territorial. É o que nos aponta os estudos de Machado (2001), corroborados por Picanço (1981). Ao detalhar sobre o que foi restaurado no forte, Picanço esclarece que:

A capela com o altar e a imagem primitiva de São José [...] os dormitórios e refeitórios do capitão; [...] alojamento dos oficiais com pias, lavatórios com espelhos com biselados, banheiros, e armários e a enfermaria onde funcionou o primeiro museu territorial; paiol de pólvora; dois xadrezes e dois armazéns primeiro assoalhado e todos a prova de bala; [...] Foram recuperadas outras partes da fortaleza, assim como foram introduzidas os seguintes melhoramentos: construção de fossa biológica; rede de esgoto de águas brancas servidas com a extensão de 328 metros; instalação d'águas e de energia elétrica de 110 e 220 volts. (PICANÇO, 1981, p. 72-73).

Com a restauração concluída e o término do trabalho dos técnicos do SPHAN, convocados pelo governo janarista, ocorreu o fim dos tramites para o tombamento da Fortaleza de São José de Macapá no dia 22 de Março de 1950, sob o Processo N° 423-T-50, inscrito no Livro de Tombo Histórico n° 269, da folha 46. Portanto, a partir daí, “a

Fortaleza de São José de Macapá passou a integrar conjunto do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro em terras amapaenses” (MACHADO, 2001, p.64).

A partir do seu tombamento, a Fortaleza foi utilizada para as mais diversas finalidades (como descritas na subseção 1.3), porém é relevante salientar os diversos saques em que a estrutura e os elementos que compunham o forte foram alvos, mesmo após o seu tombamento, como salienta Magalhães (2006).

Em 1970, o órgão responsável pela patrimonialização dos bens brasileiros passa a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nesse contexto, a salvaguarda da edificação, iniciado com os estudos de Dora e Pedro Alcântara no final dos anos de 1970, patrocinado pelo TFA, sob a gestão do Comandante de Mar e Guerra Artur de Azevedo Henning, foi possível idealizar um projeto de restauração e, desta forma, foi viável recuperação de “toda a iconografia atualmente disponível” (MAGALHÃES, 2006, p.57).

Outrossim, o Magalhães esclarece que duas ações foram essenciais para a sua salvaguarda. A primeira foi a pesquisa acima citada que não fora terminada, entretanto foi de importante contribuição para o levantamento de documentação referente ao forte, além disso através da iconografia e de algumas prospecções, realizadas na área da Fortaleza, os estudos do casal Alcântara “forneceu uma série de elementos de ordem arquitetônica que possibilitaram o desenvolvimento de um projeto de restauração adequado” (MAGALHÃES, 2006, p.34).

Já a segunda ação iniciou no mandato do então governador do Amapá, João Alberto Rodrigues Capiberibe, que no final da década de 1990 resolveu empreender um projeto de restauração que atendesse o uso consciente da edificação, empenhado em respeitar as suas características históricas. Tal decisão foi mantida pelo governo posterior de Antônio Waldez Góes da Silva. Como consequência dessas ações, o autor salienta que:

Uma série de dúvidas de cunho histórico e arquitetônico vieram à superfície, as quais os documentos e a iconografia relativos ao período da construção não respondiam com suficiente clareza. Foi a partir deste ponto que se verificou a necessidade de uma prospecção arqueológica que complementasse e até indicasse a correção da documentação iconográfica existente. (MAGALHÃES, 2006, p.34).

Desta forma, a Secretaria da Infraestrutura do Amapá (SEINF), após recomendação da Superintendência Regional do IPHAN-AP, solicitou a equipe de técnicos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) uma extensa pesquisa de cunho arqueológico para dar prosseguimento as obras do entorno da fortificação. Segundo Albuquerque (2007), este trabalho permitiu descobrimento de um complexo sistema de defesas externas presente na Fortaleza.

Com relação as conclusões das prospecções arqueológicas provenientes desse trabalho, Albuquerque e Lucena esclarecem que:

Os resultados obtidos através de pesquisa arqueológica realizada pelo Laboratório de Arqueologia em duas campanhas (agosto/setembro de 2002 e setembro/dezembro de 2003) evidenciaram que as obras externas projetadas, circundando os baluartes de São Pedro, da Madre de Deus e de São José foram executadas e posteriormente abandonadas ou mesmo destruídas. Uma nova dimensão, não conhecida há pelo menos um século foi efetivamente revelada pela pesquisa arqueológica realizada, confere à Fortaleza de São José de Macapá a dimensão de ‘fortaleza’. A ampla sequência de estruturas externas de defesa revela a sua complexidade e a grandiosidade da obra (2010, p.989).

Além do mais, os autores destacam que o Amapá possui o privilégio de possuir em seu território “uma das maiores fortalezas construídas no Brasil, no século XVIII, e que conservou grande parte do seu conjunto” e que a proteção de um patrimônio tão grandioso não só é capaz de preservar os valores culturais e sociais de sua região como também contribui para o debate sobre o “enriquecimento arquitetônico do patrimônio cultural mundial” (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2010, p. 996).

Ainda sobre as prospecções arqueológicas, é importante salientar a descoberta de técnicas construtivas utilizadas na Fortaleza e os materiais utilizados de acordo com as especificidades do trabalho. Albuquerque e Lucena (2010) destacam o emprego de fundações de madeira para suportar as pesadas estruturas de pedra sobre um terreno alagadiço, assim como as pesquisas realizadas na edificação permitiram

Uma avaliação de danos nas estruturas das defesas externas, com base no estado de conservação/situação, assinalando as interferências possíveis, as condições disponíveis para a interferência para a preservação. Visou desta forma contribuir para com a tomada de decisões relativas ao tratamento a ser adotado para as estruturas recuperadas arqueologicamente. (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2010, p. 997).

Na obra **Arqueologia Amazônica** as pesquisadoras Edithe Pereira e Vera Guapindaia (2010), trazem uma imagem em que apresenta um esteio de acapu sustentando a contraescarpa<sup>20</sup>, próximo ao *revelim*<sup>21</sup>, estrutura que ficava por cima de outras, formando, assim, os engradados de madeira (Figura 5).

**Figura 5:** Esteio de acapu encontrado pelos técnicos da UFPE em prospecção arqueológica na área de entorno da Fortaleza



Fonte: Pereira e Guapindaia (2010, p. 995).

O arqueólogo Marcos Albuquerque, no Relatório intitulado **Remanescentes materiais do Período Pombalino no Amapá** (2006), refere ter encontrado o *redente*<sup>22</sup> entre os baluartes de Santo Antônio e Madre de Deus. Uma das estruturas externas de

---

<sup>20</sup> Ressalto que, de espaço em espaço, tem um muro construído em terreno inclinado, para conservar o mesmo nível”. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2021. Para mais informações ver a página eletrônica: <<https://dicionario.priberam.org/redente>>. Acesso em 15/05/2022.

<sup>21</sup> Do italiano revellino, substantivo masculino. Construção externa de duas faces, que formam ângulo saliente, para defesa de cortina, ponte etc., nas fortificações. Ver: <https://www.dicio.com.br/revelim/>. Acesso em 15/05/2022.

<sup>22</sup> [Arquitetura] Recorte de pedra em forma de dente. [Construção] Ressalto de distância em distância em um muro construído em terreno inclinado. [Fortificação] Entrincheiramento ininterrupto cujo interior apresenta ângulos salientes e reentrantes. Ver: <https://www.dicio.com.br/redentes/>. Acesso em 15/05/2022.

defesa da Fortaleza de São José de Macapá, resgatada por meio de pesquisas arqueológicas pelos técnicos da UFPE, no início dos anos 2000.

Figura 6: Redente entre os baluartes de Santo Antônio e Madre de Deus - pesquisas no início dos anos 2000.



Fonte: ALBUQUERQUE (2006. p. 314).

Portanto, os estudos arqueológicos mais recentes demonstram a potencialidade do patrimônio Fortaleza de São José de Macapá para se tornar um patrimônio da humanidade, como veremos na próxima subseção.

## 2.2 A PRESENÇA DA FORTALEZA NA LISTA INDICATIVA A PATRIMÔNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE E FORMAS DE CONSCIENTIZAR PARA PRESERVAR

Por todas essas características aqui analisadas, a Fortaleza de São José de Macapá passou a fazer parte do conjunto das 19 fortificações brasileiras indicadas para serem reconhecidas como patrimônio da humanidade. De acordo com a Carta do Recife (BRASIL, 2017), documento que fixou as diretrizes e pressupostos para a candidatura das

fortificações e cuja sua origem foi o Seminário Internacional Fortificações Brasileiras, a Fortaleza de São José de Macapá “demonstra o histórico esforço para a ocupação, defesa e integração do vasto território nacional” além de ser um bem cultural de valor histórico, arqueológico, arquitetônico, paisagístico e ambiental.

Ao analisar o referido documento, Oliveira (2019) destaca a sua importância para a candidatura das fortificações. De acordo com o autor:

A carta do Recife [...] tem sido o norteador dessa candidatura e colaborado na construção de interfaces institucionais que, segundo o próprio documento, promovem qualificar as iniciativas no campo da preservação, da gestão e do turismo desses bens patrimoniais. O documento enfatiza [...] o compromisso dos entes na articulação dos trabalhos em prol da candidatura (OLIVEIRA, 2019, p.59).

Para cumprir as orientações da Carta do Recife, o Governo do Estado do Amapá, de acordo com informações do Portal Amapá<sup>23</sup>, esclarece que foi firmado um contrato entre a APPA (Associação Pró Cultura e Promoção das Artes), BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) e o Executivo Estadual para a revitalização, conservação, requalificação da Fortaleza e do seu entorno. Conforme a matéria jornalística, desde 2017 os técnicos do IPHAN vêm auxiliando o Governo do Amapá para que assim possam preencher os requisitos necessários da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para pleitear a candidatura da Fortaleza a patrimônio mundial.

Como apontado neste trabalho, o poder público está demonstrando interesse em conservar a estrutura física da Fortaleza desde o final do século XX, patrocinando estudos arqueológicos e obras tanto na parte interna quanto aos arredores da fortificação, para que as gerações posteriores possam desfrutar do bem cultural. Isso ocorreu, principalmente, após a sua inclusão na lista de candidatas a patrimônio mundial da UNESCO, quando foi anunciado um pacote de investimentos, como descrito acima.

Porém, queremos apontar um desafio a ser vencido: Como conscientizar a população, principalmente o público escolar, para a importância de conservar um monumento tão importante quanto a edificação militar aqui estudada?

---

<sup>23</sup> Para mais informações consultar a página eletrônica: <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0402/fortaleza-de-sao-jose-recebera-r-30-milhoes-em-investimentos-e-e-candidata-a-patrimonio-da-humanidade>>. Acesso em 10/03/2022.

Essa problemática se faz pertinente devido aos estudos de Brito (2013) sobre os aspectos positivos e negativos em que as obras do entorno impactaram a conservação do forte. A autora evidencia em sua pesquisa que com o projeto de paisagismo do entorno da Fortaleza, batizado de Parque do Forte, o número de visitantes aumentou e o aglomerado de comerciantes que se localizam nas proximidades da fortificação contribuiu de forma significativa para a circulação de pessoas. Contudo, atos de vandalismo começaram a aparecer das mais variadas formas tais como: “imagens e grafismos transgressores [...] Dentre os grafismos transgressores, percebem-se as pichações feitas, principalmente, por estudantes” (BRITO, 2013, p.94).

Diante do exposto, acreditamos, assim como Brito (2013), que ações educativas possam servir de interação entre o sujeito e o patrimônio, assim permitindo uma identificação para com o objeto edificado e que a educação patrimonial pode ser uma dessas ações para atingir tal propósito. É o que veremos com mais detalhes na seção seguinte.

Figura 7: Visão aérea da Fortaleza de São José nos tempos de TFA



Fonte: BRITO (2021. p. 30).

Figura 8: Imagem panorâmica da edificação após a conclusão da restauração e das obras do entorno.



Fonte: BRITO (2021. p. 30).

### 3 ENSINAR HISTÓRIA PARA CONSCIENTIZAR E VALORIZAR: A FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ EM SALA DE AULA POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Nessa seção será averiguado as ações em educação patrimonial provenientes dos produtos das dissertações de mestrado do PROFHISTÓRIA-UNIFAP, com o intuito de demonstrar que é possível ensinar História utilizando a metodologia da Educação Patrimonial, com foco no patrimônio Fortaleza São José de Macapá, e de acordo com as unidades temáticas, presentes no Referencial Curricular Amapaense (RCA).

#### 3.1 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO METODOLOGIA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

Ao adentrarmos no campo da História do Ensino de História no Brasil é mister observar os ensinamentos de Alves Junior et. al. (2021) que em sua obra afirma que tal temática não deve ser tratada de maneira genérica e como conhecimento pronto e acabado. Os autores sugerem uma abordagem historiográfica desse campo do saber baseada em um tipo de fonte bastante conhecida: os dispositivos legais. Dessa forma, vamos utilizar neste trabalho legislações específicas sobre ensino a partir da década de 1990 nas esferas federais e estaduais para adentrar nesta vasta historiografia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9.394/1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) deram ênfase sobre a necessidade de abordar temas em sala de aula voltados para a realidade local dos alunos. Os temas transversais, tais como o da Pluralidade Cultural e o artigo 26 da LDBEN evidenciam isso. Com relação a redação deste último:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, **a ser complementada**, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma **parte diversificada**, exigida pelas **características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos** (BRASIL, 1994, grifos nosso).

No Amapá, para cumprir a parte diversificada do currículo, o Conselho Estadual de Educação (CEE), através da resolução 56/2015, tornou obrigatória a disciplina Estudos Amapaenses e Amazônicos, que trouxe a possibilidade de inserir temas de História e Geografia local para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Porém com as novas orientações emanadas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e pelo

Referencial Curricular Amapaense (RCA, 2019), tal componente, aos poucos, tem sido eliminado do currículo. Sobre essas mudanças, Eliana Ribeiro, como professora de História da rede pública de ensino, refere o seguinte:

No Ensino Básico amapaense houve, inclusive, a extinção do componente curricular Estudos Amazônicos e Amapaenses, esse componente acrescentava dois módulos aulas para se trabalhar a História Local. A mudança significa para professores e professoras de História um retrocesso, pois antes o(a) aluno(a) teria cinco hora-aulas, sendo duas destinados ao componente curricular Estudos Amazônicos e Amapaenses para focar especificamente em temáticas referentes à História local e três hora-aulas de História para problematizações e construção de conhecimentos acerca da História proposta no currículo oficial (2020, p. 45).

Ainda com relação ao fim da disciplina escolar citada, é conveniente mencionar o que diz Doval Brito sobre o tema:

Com a promulgação das novas Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC), esse componente curricular foi extinto no referencial curricular amapaense, levando a inserção de pouquíssimos objetos de estudo da história local no currículo de ensino de História, dominado pelos temas nacionais e internacionais. (2021, p.27).

Tendo em vista a necessidade, inclusive do ponto de vista legal, de inserir nas aulas de História temas locais e as mudanças do currículo amapaense em abordar tais temáticas, faz-se necessário novas estratégias que auxiliem docentes de História para cumprir esta missão. Assim, cremos que a Educação Patrimonial se mostra como um caminho promissor.

Marchette afirma que a Educação Patrimonial é um “processo de aprendizagem que se realiza mediante a utilização dos bens culturais, de natureza material e imaterial, como recursos educacionais” (2016, p.89). A autora, também, salienta que tal metodologia pode ser aplicada tanto em ambientes formais quanto informais de ensino.

É mister frisar a definição adotada pelo IPHAN sobre a metodologia, sendo o órgão um dos principais incentivadores de sua prática, que pode ser encontrada na obra **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 4) referem-se a Educação Patrimonial como um

Processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir de experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos,

sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Corroborando com esse conceito, Jackeline Silva (2018), ao trabalhar com essa metodologia no ensino de História para o 5º ano, refere que a Educação Patrimonial se tornou para o professor de história uma ferramenta de aprendizado ao propiciar a análise de bens culturais locais, principalmente, para o público infanto-juvenil que pode ter um maior contato com o patrimônio local em sala de aula e fora dela.

Nessa direção, os estudos de Eliana Ribeiro (2020) acrescentam que ao centralizar o processo de ensino e aprendizagem nos bens culturais cria-se um “rico espaço de aprendizagem que permite a compreensão da sociedade, bem como o momento histórico vivido” (RIBEIRO, 2020, p. 47).

Silva (2018) e Ribeiro (2020) utilizaram a Educação Patrimonial como metodologia de suas pesquisas, utilizando e ressignificando para o ensino de História as quatro etapas propostas por Grunberg (2007, p.4), conforme a seguir:

Observação – Nesta etapa, usamos exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado.

Registro – Com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, busca-se fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo.

Exploração - Análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares (como bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados.

Apropriação - Recriação do bem cultural, através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos, etc.), provocando, nos participantes, uma atuação criativa e valorizando assim o bem trabalhado.

Desta forma acreditamos que, como processo educativo, a Educação Patrimonial é capaz de auxiliar os professores de História no processo ensino e aprendizagem ao abordarem o Patrimônio Cultural em suas aulas e fora do ambiente escolar. Nesse sentido, observamos que há possibilidade de ensinar História por meio do patrimônio Fortaleza de São José de Macapá, sob a perspectiva da Educação Patrimonial, pois tal metodologia

permite aos discentes e aos docentes um maior envolvimento com os patrimônios locais. Envolverimento que torna possível, ao mesmo tempo, criar vínculos de pertencimento com os patrimônios e provocar estratégias de aprendizagem, pois os conduz para um “processo ativo de conhecimento crítico, apropriação consciente e consequente valorização de sua herança cultural” (SILVA, 2018, p.76).

Na próxima subseção, vamos analisar algumas dissertações de mestrado do PROFHISTÓRIA–UNIFAP, que utilizaram e praticaram ações em Educação Patrimonial nas salas de aula da cidade de Macapá, com alunos do Ensino Fundamental, para assim evidenciar a viabilidade desse processo educativo no espaço escolar.

### 3.2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS AMAPAENSES

Vamos aqui descrever alguns percursos metodológicos, utilizando a Educação Patrimonial, aplicado em sala de aula e fora dela, pelas autoras Jackeline Silva (2018); Eliana Ribeiro (2020); Arlete Souza (2020) e Ângela Nascimento (2018), durante os seus trabalhos de conclusão de mestrado do PROFHISTÓRIA<sup>24</sup>. A escolha desses estudos para aporte teórico do nosso trabalho se justifica devido as dissertações aqui descritas se basearem em pressupostos da Educação Patrimonial e seus produtos<sup>25</sup> didáticos representarem a aplicação de tal metodologia no ensino de História local.

Antes de abordar as ações desenvolvida pelas autoras em seus trabalhos, alguns aspectos gerais são necessários de serem citados, tais como: o público discente das atividades cursava entre o 5º e o 9º ano do Ensino Fundamental; as atividades foram desenvolvidas em quatro escolas públicas: uma da rede municipal e as outras três da rede estadual de ensino -; as instituições escolares, local onde foram implementadas a

---

<sup>24</sup> O Programa de Mestrado Profissional em História (ProfHistória), oferecido em rede nacional, é um curso presencial que conta com a participação de Instituições de Ensino Superior, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este Programa tem alcance nacional e objetiva, a médio prazo, ser um instrumento importante de formação continuada dos professores da Educação Básica brasileira, que atuam na disciplina escolar História. Para mais informações consultar a página eletrônica:< <https://www2.unifap.br/profhistoria/apresentacao/>>. Acesso em 09/08/2022.

<sup>25</sup> Segundo o art. 23, inciso II, do Regimento Interno do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História da Unifap, o produto final será prioritariamente texto dissertativo e poderá também assumir diferentes formatos - documentário; exposição; material didático; intervenção em escola, museu ou espaço similar - sempre acompanhados de um relatório final que incorpore as três dimensões anteriormente explicitadas. Para mais informações consultar a página eletrônica:< <https://www2.unifap.br/profhistoria/files/2016/04/Regimento-Interno-ProfHist%c3%b3ria-Unifap.pdf>>. Acesso em 13/08/2022.

metodologia da Educação Patrimonial no ensino de História, estão localizadas na cidade de Macapá<sup>26</sup>, em regiões que compreendem a zona norte (Escola Estadual Deusolina Sales Farias), zona sul (Escola Estadual Cecília Pinto), área central (Escola Estadual Barão do Rio Branco) e área distrital da capital (Escola Municipal de Ensino Fundamental Cacilda Ferreira Vasconcelos).

Além disso, vale mencionar que dos quatro Trabalhos de Conclusão de Mestrado (TCM) aqui apresentados, três abordam a inclusão da temática História e Cultura Indígena, conforme a Lei nº 11.645 de 2008, no currículo formal de História. Nesses TCM as autoras utilizam o patrimônio cultural das etnias indígenas como estratégia para mostrar o protagonismo dos indígenas e desconstruir o mito da passividade desses povos presente no currículo normativo, cuja foco é alimentado por um conhecimento escolar que enfatiza os saberes do continente europeu (BITTENCOURT, 2018). Já o outro TCM trata da história de Macapá, contada por meio de seus lugares, em forma do produto Guias Históricas.

A seguir veremos uma breve descrição desses trabalhos, no sentido de evidenciar que é possível trabalhar no ensino de História com um bem cultural como a Fortaleza de São José de Macapá, inspirando-se na metodologia da Educação Patrimonial.

O primeiro desses trabalhos a ser apresentado é o de Eliana Ribeiro, com seu TCM **Histórias e culturas em nossos quintais: possibilidades de uso no Ensino de História do Sítio Arqueológico Pacoval em Macapá, Amapá/Brasil** (2020). Nesse trabalho nos deparamos com a possibilidade de inserção da temática indígena em sala de aula através dos pressupostos teóricos do Ensino de História, da Educação Patrimonial, da Arqueologia da Amazônia, da História Indígena e das Pedagogias Freiriana e Decolonial. A autora utiliza como recurso didático o patrimônio cultural material encontrado no sítio arqueológico do bairro do Pacoval em Macapá/AP, de modo a atender o que é estabelecido na legislação educacional brasileira, enfatizando a Lei 11.645/2008 que determina a inclusão da temática História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar da rede de ensino.

Ribeiro descreve que as ações em Educação Patrimonial ocorreram tanto na Escola Estadual Deusolina Sales Farias quanto fora do ambiente escolar. As atividades

---

<sup>26</sup> Para mais informações sobre a divisão geográfica da cidade consultar a página eletrônica: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/panorama>>. Acesso em 09/08/2022.

envolveram as turmas de 6º ano do Ensino Fundamental da instituição além de docentes de outras áreas tais como: Artes, Língua Portuguesa e Geografia, mostrando o caráter interdisciplinar de seu projeto e, somando-se a isso, os princípios norteadores das tarefas que são apresentados da seguinte maneira:

Sensibilização para a descoberta, com o objetivo de chamar a atenção do aluno para a temática sugerida; mobilização eixo principal em que se visa trabalhar atitudes de empatia a partir do fato histórico; procedimentos que correspondem em fazer juntos em que aluno aprende a aprender por meio da perspectiva de uma educação [...] e, finalmente, a autoavaliação. (RIBEIRO, 2020, p.47)

Desta forma, Ribeiro (2020, p.82) nos esclarece que a professora de Língua Portuguesa “sensibilizou, mobilizou e problematizou os estudantes para as produções textuais, solicitados via relatórios e composição de poesias”. A professora de Artes executou uma atividade denominada “Laboratório de Criação”, sensibilizando o educando para a valorização da herança cultural dos primeiros povos a habitar o nosso território. O professor de Geografia realizou uma aula dialogada, por meio de visita ao Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva. O docente de Geografia trabalhou a temática indígena com a turma, destacando aspectos geográficos sobre a ocupação do sítio Pacoval.

Com relação as ações didático-pedagógicas que geraram o produto de seu mestrado, um vídeo documentário, com o registro das atividades desenvolvidas, a professora Eliana Ribeiro esclarece que o objetivo é ratificar, ações em Educação Patrimonial executadas no espaço escolar e fora dele, propostas semelhantes nos mais diversos componentes curriculares. A autora divide as atividades em dois momentos: 1) atividades teóricas como realizações de palestras e visitas a museus e 2) atividades laborais desenvolvidas no ambiente escolar. Vale destacar também a socialização dos resultados das atividades com a comunidade que ocorreu com a produção de folders e banners sobre as ações desenvolvidas.

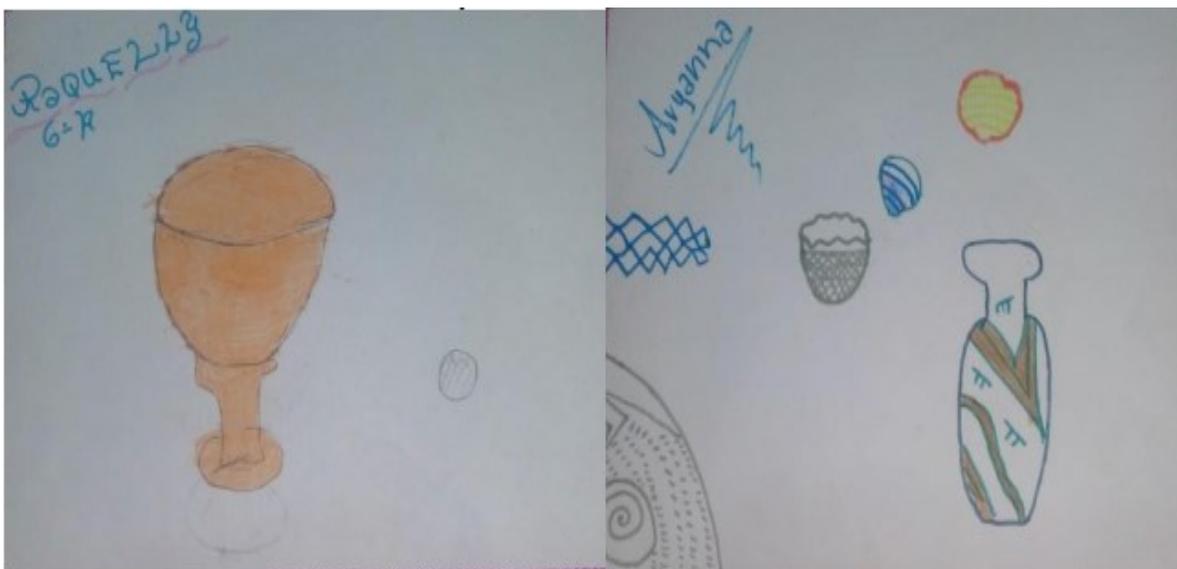
A primeira atividade efetivada ocorreu no auditório da escola e foi uma palestra dialogada sobre a cultura dos povos indígenas do Oiapoque. Já a segunda atividade ocorreu com os técnicos do MAE (Museu de Arqueologia e Etnologia) no espaço escolar em que apresentaram uma palestra sobre o potencial arqueológico do Amapá, momento em que mostraram réplicas de peças arqueológicas aos estudantes. Além dessas atividades, houve a visita aos museus Joaquim Caetano da Silva e Museu Sacaca,

respectivamente. No primeiro museu, os alunos tiveram contato com as peças arqueológicas encontradas no Sítio do Pacoval. No segundo museu houve uma imersão cultural dos discentes nas casas e objetos dos povos ribeirinhos e nas casas indígenas Wajãpi (localizada em Pedra Branca do Amapari – Amapá), Palikur (localizada no Oiapoque – Amapá) e Wayana-Aparai (localizados no extremo norte do Pará, ao longo do rio Paru d’Este). Os indígenas tiveram as três casas inauguradas no dia da visita dos estudantes ao Museu Sacaca, que compreenderam tais estruturas como representantes das casas de todas as etnias do Oiapoque e do norte do Pará.

Com relação as atividades laborais, a docente realizou a oficina “Arqueólogo por um dia”, em que os educandos tiveram a chance de vivenciar a experiência profissional de um arqueólogo sob duas formas: a primeira em uma escavação simulada ocorrida em uma área no interior da escola e a segunda em que os discentes vivenciaram as atividades de um arqueólogo em laboratório.

Após essas atividades os alunos realizaram desenhos representando o material arqueológico estudado. Para Ribeiro “Esses desenhos são fundantes para a percepção histórica dos alunos no que se refere ao reconhecimento dos saberes dos povos indígenas no passado e no presente” (RIBEIRO, 2020, p.105). Após isso, os alunos, a autora e os professores de Geografia e Artes, visitaram o Sítio do Pacoval com posterior diálogo em sala de aula sobre as suas características e problematizações sobre a invisibilidade da história e da cultura indígena. A figura 7 ilustra alguns momentos, registrados por Ribeiro, em que surgiram as possibilidades de uso da Educação Patrimonial no Ensino de História.

**Figura 7:** Desenhos produzidos pelos alunos nas atividades em Educação Patrimonial



Fonte: RIBEIRO (2020, p. 104).

Acrescentando-se ao rol de trabalhos aqui mencionados que tratam sobre a inserção da temática indígena no ambiente escolar, descrevemos brevemente o TCM de Jackeline Samara Maciel da Silva, intitulada **Escavando conhecimentos: patrimônio arqueológico Maracá no Ensino de História do Amapá** (2018). Esse TCM faz referência ao patrimônio arqueológico Maracá<sup>27</sup> e a sua utilização nas aulas de História para as turmas do 5º ano do Ensino Fundamental. A autora realiza pesquisa em autores que escrevem sobre o patrimônio arqueológico maracá e, assim como Ribeiro (2020), analisa documentos normativos da educação para fundamentar legalmente a incumbência em abordar os conteúdos em sala de aula. Tais instrumentos legais são: Constituição Federal de 1988; Lei Federal 11.645/2008; Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), de 1996; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017. Além disso, analisa livros didáticos de História evidenciado como a temática apresenta-se nesses materiais ou mesmo a ausência dela.

Jackeline Silva elaborou um diagnóstico sobre os livros didáticos utilizados por professores e alunos do 5º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cacilda Ferreira Vasconcelos, produzidos entre os anos de 2008 e 2018, com o objetivo de analisar o trato dado a temática indígena e “se as representações feitas destes coletivos

<sup>27</sup> Segundo informações de Silva (2018), os sítios arqueológicos estão localizados no município de Mazagão-AP, sendo que uma das principais partes de seu acervo de urnas funerárias está presente no Museu Paraense Emilio Goeldi.

contribuem ou não para as permanências eurocêntricas e preconceituosas com relação à figura do indígena” (SILVA, 2018, p.68). Após a análise, a autora concluiu que o livro didático é um importante instrumento pedagógico, porém não é o único, e aponta a Educação Patrimonial como metodologia importante para o trabalho com a cultura Maracá devido aos seus diálogos com o Ensino de História e com a Arqueologia.

Desta maneira, assemelhando-se a Ribeiro (2020), Silva produziu, junto com 55 discentes de duas turmas do 5º ano da EMEF Cacilda Ferreira Vasconcelos, um catálogo de atividades de Educação Patrimonial denominado “Escavando Conhecimentos: patrimônio arqueológico Maracá em sala de aula. Esse catálogo é destinado aos professores de História do Ensino Fundamental e para outros profissionais que desejem trabalhar a cultura Maracá em sala de aula, sob a perspectiva da Educação Patrimonial. Além do Catálogo físico e digital, a autora registrou as atividades de seu TCM em um vídeo documentário<sup>28</sup>.

A figura 8, elaborada por Silva, mostra as atividades em Educação Patrimonial desenvolvidas. Todas essas atividades foram baseadas no **Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial**, de Evelina Grunberg (2007), seguindo as etapas citadas na subseção 3.1.

**Figura 8:** Atividades de Educação Patrimonial executadas

Nº	ATIVIDADE	PÚBLICO-ALVO
01	Oficinas de formação continuada	Professores, coordenação pedagógica e direção
02	Visitas monitoradas (aula passeio)	Alunos do 5º ano
03	Simulação de sítio arqueológico	Alunos do 5º ano
04	Oficinas de cerâmica (aula oficina)	Alunos do 5º ano

Fonte: SILVA (2018, p. 79).

As oficinas de formação continuada para os professores foram realizadas em duas oportunidades: a primeira na própria escola, contando com o suporte técnico da

<sup>28</sup> Disponível no link: <https://drive.google.com/drive/folders/1OEvNsVbiqpujm-MSkA1OiC9CVIGEjFiN>

equipe do MAE/AP, com a equipe técnica, pedagógica e docente da instituição e teve como objetivo mostrar como vivem os indígenas na atualidade.

A segunda oficina ocorreu no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP-UNIFAP), com apresentação de uma palestra denominada **Arqueologia e Educação Patrimonial: construindo experiências a partir da Universidade Federal do Amapá – campus Marco Zero**” e a visita feita na reserva técnica do CEPAP, com posterior visita do sítio arqueológico da UNIFAP.

As aulas-passeio, com os estudantes, ocorreram no Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA/NuPArq), com as duas turmas do 5º ano da Escola Cacilda. Os estudantes foram acompanhados por seus professores. O NuPArq possui diversos vestígios da cultura Maracá, conforme a exposição “Arqueologia no IEPA: uma história em cacos e pedra”. Em um segundo momento, os estudantes tiveram acesso a reserva técnica do Núcleo e a oportunidade de ter um contato direto com os vestígios arqueológicos Maracá.

Como atividade de Educação Patrimonial, houve a realização de uma simulação de um sítio arqueológico dentro da área da escola Cacilda. Essa atividade contou com a colaboração dos técnicos do CEPAP/UNIFAP e envolveu os 55 alunos, divididos em seis grupos, com quatro pessoas. Os estudantes tiveram contato com as ferramentas e técnicas empregadas pelos arqueólogos no seu exercício laboral. A atividade, nas palavras da autora, “demonstrou o envolvimento dos alunos com a produção do conhecimento histórico, na medida em que assumiram o protagonismo da aula” (SILVA, 2018, p.94). A partir da simulação, três atividades foram realizadas, com fundamentação no Guia Básico de Educação Patrimonial.

A autora promoveu duas oficinas de cerâmica, com os alunos, fundamentadas no modelo de aula-oficina (comentada mais a frente). A primeira oficina contou com o apoio de técnicos de instituições tais como o MAE/AP, que colaboraram com a aula denominada “Caretas Maracá”, que teve como suporte teórico discussões sobre a temática em aulas anteriores. Nessa aula foi construída uma peça arqueológica utilizando argila para posterior exposição. Com relação a essa aula Silva (2018) concluiu que foi possível observar o protagonismo do aluno no processo de ensino aprendizagem, quebrando o modelo tradicional com foco inteiramente na figura do professor.

A outra oficina, denominada “Brincadeiras com argila”, foi realizada com o auxílio dos técnicos do CEPAP-UNIFAP. Anteriormente a oficina foi feita uma abordagem prévia em sala de aula sobre conceitos arqueológicos e em seguida foi solicitado aos discentes para produzirem desenhos que representassem peças arqueológicas já vista nas etapas anteriores do projeto. Após isso foi solicitado para que que construíssem o objeto desenhado utilizando a argila como matéria-prima.

Seguindo as etapas da metodologia da Educação Patrimonial (já citadas no item 3.1) a autora junto com os participantes do projeto e as demais turmas da instituição (incluindo alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental) realizaram a “Mostra Cultural Ameríndia”, no dia 19 de Abril (dia do índio), em que uma série de atividades foram executadas pelos alunos com o auxílio dos professores.

A mostra foi dividida em dois momentos: o primeiro em sala de aula com a exposição das produções pelos alunos e a segunda no pátio da escola com a apresentação da temática estudada. A figura 10 representa uma das atividades de Educação Patrimonial realizadas durante as exposições da Mostra Cultural.

Figura 10: Objetos em cerâmica, pintados pelos alunos representando os grafismos da cultura Maracá



Fonte: SILVA (2018, p.106).

Além de Ribeiro (2020) e Silva (2018), a dissertação de Arlete Pereira de Souza, intitulada **Povos do Oiapoque no Ensino de História: Um Jogo de Tabuleiro para Ensinar História e Patrimônio Cultural indígena na Educação Básica** (2020), também se debruçou sobre a temática indígena em seu trabalho de mestrado que abordou a inserção da temática dos povos do Oiapoque (Palikur Arukwayene, Galibi Marworno, Galibi Kali'na e Karipuna), por meio da construção de um Jogo de Tabuleiro junto com os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Barão do Rio Branco. Souza utilizou como ferramentas o **Guia Básico de Educação Patrimonial** (1999), das autoras Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro e o **Guia de Produção de Jogos no Ensino de História** (2013), de Marcello Paniz Giacomoni.

A obra de Souza (2020) contribui, assim como as de Silva (2018) e Ribeiro (2020), para o debate sobre as novas metodologias ao abordar a história indígena em sala de aula, além de apresentar instrumentos pedagógicos capazes de contribuir para a aplicação dos instrumentos jurídicos presentes na Lei 11.645/2008 no ambiente escolar. Acrescentamos que as finalidades para se construir o jogo propostas por Arlete Souza juntam-se as propostas dos produtos de Silva (2018) e Ribeiro (2020). Sobre as finalidades de seu produto a autora diz que:

A construção do jogo teve as finalidades de aproximar o Ensino de História das novas abordagens acerca da História Indígena e da Educação Patrimonial; colaborar para a aplicabilidade da Lei 11.645/2008 no Ensino de História do estado do Amapá, viabilizando reflexões e debates e uma aprendizagem significativa sobre a temática indígena no Brasil; e ainda promover ações que contribuam para que a história indígena seja ensinada de forma afirmativa, ressaltando os povos indígenas como protagonistas de sua história. (SOUZA, 2020, p.19).

Desta forma, as ações executadas por Souza ocorreram durante o ano letivo de 2019 na escola Barão do Rio Branco, que anualmente define um projeto de intervenção trabalhando com todas as disciplinas. No referido período o projeto “Direitos Humanos” foi elaborado pela equipe pedagógica e professores da instituição e um dos subtemas foi o “Direito dos Povos Indígenas”. A autora aproveitou essa oportunidade para apresentar o projeto de seu mestrado ao corpo técnico-administrativo da instituição e para os professores, ficando acertado uma capacitação para os docentes da instituição sobre a

temática. A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) auxiliou nessa etapa com o envio de profissionais para realizarem palestra sobre a temática indígena.

Já para a elaboração do Jogo de Tabuleiro, a autora optou em trabalhar com uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental, com alunos entre 11 e 13 anos. A docente ministrou aulas explorando o conceito de patrimônio além de destacar subtemas do projeto de intervenção da escola tais como: Direito dos Povos Indígenas, Pluralidade Cultural e Diversidade Étnico-racial. Além disso, a temática das aulas abordou arcabouços jurídicos presentes não só no ordenamento brasileiro, mas no mundo, como por exemplo a Constituição Federal de 1988, principalmente os artigos 231 e 232 que trata dos direitos dos povos indígenas; a Convenção 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2008).

Somando-se a essas ações, a professora abordou o histórico dos povos do Oiapoque em sala, apresentando *banners* aos alunos que continham imagens sobre o patrimônio desses povos, sendo este o primeiro contato dos estudantes com o conteúdo. Ainda sobre as ações, a autora descreve a temporalidade em que foram executadas, referindo-se ao ano letivo de 2019:

No primeiro semestre do ano letivo, entre outras ações em sala de aula, ocorreram a formação continuada para os docentes, o primeiro contato dos discentes com o acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia do Amapá, a primeira roda de conversas com um indígena e a visita ao Museu Sacaca. No segundo semestre do ano letivo, foram desenvolvidas atividades como a visita ao espaço físico do MAE, a segunda roda de conversas e a produção do jogo em sala de aula.

Arlete Souza realizou, também, rodas de conversas, com os professores indígenas do Oiapoque: Fabrício Narciso dos Santos (etnia Karipuna) e Aldiere Orlando (etnia Palikur). A finalidade das rodas de conversas foi o compartilhamento das experiências vividas pelos professores, considerando-se suas culturas, suas identidades e seus territórios. Os estudantes tiveram a oportunidade de dialogar com os indígenas e realizaram vários questionamentos sobre seus modos de ser, de viver como indígenas. Após essas conversas, desenhos foram feitos para representar as culturas e o patrimônios dos povos dos dois indígenas do Oiapoque. Esses desenhos foram expostos aos professores.

Como parte das atividades de Educação Patrimonial, a professora Arlete Souza levou seus alunos para visitação ao Museu Sacaca e ao MAE. Nesses espaos, os alunos tiveram contato com livros referentes as etnias, assim como demais partes dos acervos das instituies que representam o patrimônio cultural dos indígenas do norte do Amapá. Como parte do processo de apropriao, etapa da metodologia da Educao Patrimonial descrita no item 3.1 deste trabalho, a docente levou materiais para sala de aula a fim de que os alunos pudessem recriar objetos dos povos indígenas do Oiapoque e, após isso, os estudantes fizeram uma explicao sobre os artefatos por eles produzidos.

Após essas etapas, iniciou-se a confeco do jogo de tabuleiro junto com os alunos. Para o jogo, os estudantes produziram dois tabuleiros (Figura 11): um principal, representando o mapa das Terras Indígenas e um secundário, representando a Cobra Grande Palikur. O objetivo dos tabuleiros foi “para que as lideranas de cada etnia com seus espaos demarcados, tanto na imagem do mapa como na imagem da Cobra Grande Palikur pudessem representá-las no momento do jogo” (SOUZA, 2020, p.114).

**Figura 11:** Tabuleiros confeccionados pelos alunos com o auxílio da professora. A esquerda o tabuleiro principal e a direita o tabuleiro secundário



Fonte: SOUZA (2020, p. 122-123).

É mister salientar que os materiais produzidos pelos alunos nas demais atividades aqui descritas também foram utilizadas para a construção do jogo e a autora nos esclarece que os objetivos pedagógicos foram definidos juntos com os alunos e que consiste em investigar sobre o patrimônio cultural das etnias Karipuna, Palikur, Galibi Kali'na e Galibi Marworno “bem como conhecer as três Terras Indígenas (Galibi, Juminã e Uaçá) oficialmente reconhecidas no Oiapoque” (SOUZA, 2020, p.116).

Para fechar as descrições sobre as atividades de Ensino de História, com base na Educação Patrimonial, executadas pelas professoras pesquisadoras do PROFHISTÓRIA-UNIFAP no ambiente escolar, escolhemos o TCM de Ângela Nascimento, denominada **Guia Histórico de Macapá: Ensino de História, roteiros de lugares e memórias da cidade** (2018). Esta pesquisa contempla um estudo sobre os lugares que contam a história da cidade de Macapá materializados através de guias históricos que foram construídos pelos próprios alunos, durante 17 módulos-aula executados pela pesquisadora, com estudantes do 6º, 7º e 8º ano do Ensino Fundamental, totalizando 270 alunos, da Escola Estadual Cecília Pinto, com idades entre 10 e 16 anos.

As ações em Educação Patrimonial desenvolvidas pela autora foram conciliadas com o “Projeto Mostra Pedagógica” da Escola Estadual Cecília Pinto no ano letivo de 2017, cujo tema foi: “Do global ao local: os reflexos da globalização no contexto amapaense”. O projeto foi desenvolvido dentro do conteúdo programático da disciplina Estudos Amapaenses e Amazônicos (EAA.) e tinha como objetivo principal a construção de uma metodologia de ensino de História com a potencialidade de “viabilizar a construção da consciência histórica, o respeito ao passado e ao patrimônio cultural da cidade por parte do alunado através dos lugares e memórias de lugares da cidade” (NASCIMENTO, 2018, p. 35).

Ainda sobre a definição do projeto Guia Histórico de Macapá, a pesquisadora afirma que foi baseado dentro dos procedimentos metodológicos da Educação Patrimonial, por meio de uma intervenção pedagógica dentro do ensino de história local. Vale ressaltar que o trabalho não segue as etapas, já descritas no item 3.1, da Educação Patrimonial e sim passos desenvolvidas pela própria pesquisadora tais como “a) a sondagem dos conhecimentos prévios; b) estudo da história da cidade; c) escolha e investigação de um lugar; d) observação e registro do lugar; e) produção a partir da experiência vivida” (NASCIMENTO, 2018, p.84).

Com relação aos módulos-aula (que são de fato a aplicabilidade do projeto), a autora os dividiu em cinco grupos:

- 1) formado pelos três primeiros módulos, denominado “Trabalho com identidades: múltiplas identidades e macapalidade”, tinha como objetivo levantar informações sobre a trajetória de vida dos alunos através do trabalho em sala de aula de conceitos como memória e lugar e propor atividades que colocassem o aluno no papel de investigador de sua própria origem familiar.

2) “Encontro com a cidade: Macapá de ontem e de hoje”, composto pelos módulos 4, 5, e 6, tinha como premissa apresentar aos alunos peculiaridades históricas e geográficas da cidade de Macapá e as modificações ocorridas no ambiente no decorrer do processo histórico. Foi realizada pela pesquisadora uma distribuição de materiais didáticos aos alunos sobre a história da cidade, além de uma exposição sobre o objeto a ser estudado pelas equipes formadas pelos discentes (de 3 a 5 equipes por turma com média entre 5 e 7 alunos participantes). Esta apresentação dos lugares ocorreu sob a forma de apresentação de imagens aos alunos. Após, foi realizada uma apresentação pela docente sobre o conceito de tombamento.

3) os módulos 7, 8, 9 e 10 e o título “Plano de trabalho/pesquisa e a cidade em diversas fontes”. A finalidade era a elaboração dos trabalhos de cada equipe para, assim, iniciar as pesquisas sobre os lugares, além de coletar informações que seriam responsáveis pela construção do guia. Nesta etapa, a professora abordou metodologias aos alunos sobre como realizar uma pesquisa, trabalhou o conceito de Museu e as suas tipologias, auxiliou os alunos na produção de um roteiro de entrevistas sobre um lugar de Macapá a ser pesquisado e mais adiante explorou as músicas regionais como fonte de aprendizado sobre a cidade.

4) “Produção participativa dos guias”, composto pelos módulos 11, 12, 13 e 14, tinha como objetivo a construção do projeto em si mostrando detalhes dos locais a serem objetos da pesquisa e a produção de materiais para a construção dos guias históricos. A professora, juntamente com os alunos, elaborou um cronograma de visitas aos locais. Nesses módulos, foram realizadas 20 visitas e uma oficina de aprendizagem, consolidando o que a autora denomina de “estudo do meio”. Após as visitas, a pesquisadora propôs a recriação dos locais pesquisados pelos alunos em sala de aula através de uma manifestação artística. A técnica do desenho foi bastante utilizada. Logo

em seguida a produção do guia iniciou com uma seleção de fotos dos locais pesquisados e confecção dos textos a serem utilizados. Materiais produzidos no decorrer do projeto foram utilizados nesta etapa e todas as equipes de pesquisa realizaram essas etapas.

5) “Socialização e avaliação do trabalho” fecha o projeto em Educação Patrimonial da autora com os módulos 15, 16 e 17. O objetivo aqui foi a apresentação ao público dos resultados. Essa exposição ocorreu em dois momentos: o primeiro com a própria turma em que os membros das equipes pertenciam e durante a “Mostra Pedagógica Ceciliana: Do Global ao Local – Os reflexos da globalização no contexto Amapaense”. Nesta última, um *stand* foi montado com os guias históricos produzidos pelos alunos. Além da apresentação, a professora propôs uma avaliação da experiência, sem caráter classificatório, utilizando uma ficha avaliativa cujo propósito era de “identificar a importância histórica do local pesquisado, destacar os pontos positivos e negativos de todo o processo” (NASCIMENTO, 2018, p.135).

Figura 12: Exposição dos guias históricos realizada durante a Mostra Pedagógica. Foram 41 guias agrupados por temáticas representando os lugares que contam a história de Macapá.



Fonte: NASCIMENTO (2018, p. 132).

A seguir, apresentamos um quadro com as temáticas em que cada guia foi inserido e os locais da cidade estudados para a confecção dos guias históricos:

**Quadro 1:** Locais de Macapá estudados pelos alunos agrupados por temáticas

TEMÁTICA	LOCAIS
Lugares de guardar memória: museus e bibliotecas.	Biblioteca Pública Elcy Lacerda; Museu de Arqueologia e etnologia (MAE); Museu do Cepap/Unifap; Museu Fortaleza de São José de Macapá; Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva; Museu Sacaca.
Praças de Macapá: modernização, urbanização e poder.	Praça Veiga Cabral; Praça Barão do Rio Branco; Largo dos Inocentes; Praça Nossa Senhora da Conceição; Praça Beira Rio ou Zagury; Praça Floriano Peixoto; Praça do Buritizal ou da Caixa D'água; Parque do Forte; Praça do Muca.
A história da educação escolar de Macapá: antigas instituições escolares.	Escola Doméstica de Macapá (Atualmente Escola Estadual Santina Rioli); Escola Barão do Rio Branco; Instituto de Educação do Território Federal do Amapá (IETA).
Macapá boêmia: bares de ontem e hoje.	Bar Caboclo ou “Bar do Chico”; Bar do Lennon; Bar da Loura.
Lugares de ordenação urbana.	Macapá Hotel; Cadeia Pública do Beírol; Hospital Geral de Macapá; Antigo Fórum de Macapá; Mercado Central; Farmácia do Iepa.
Lazer e contemplação: balneários e orla.	Balneário do Curiaú; Praia do Araxá; Praia da Fazendinha; Orla do Santa Inês.
Estádios e teatros.	Estádio Glicério de Souza Marques ou “Glicerão”; Estádio Zerão (Milton de Souza Corrêa); Cine Teatro Territorial; Teatro das Bacabeiras.
Pontos turísticos e históricos	Pedra do Guindaste; Igreja de São José de Macapá; Poço do Mato; Trapiche Eliezer Levy; Marco Zero do Equador; Casa do Artesão

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nas ações propostas por Nascimento (2018).

Após a exposição das ações em Educação Patrimonial aqui realizadas, não podemos deixar de observar o esforço das professoras pesquisadoras Silva (2018); Ribeiro (2020); Souza (2020) e Nascimento (2018), ao executarem as suas pesquisas e a importância das instituições de memória presentes na nossa capital, principalmente o Museu Sacaca, o MAE, CEPAP/UNIFAP e o Museu Fortaleza de São José de Macapá que contribuíram bastante para as atividades. Destacamos também a colaboração dos próprios indígenas aos projetos voltados para a temática da História Indígena. Além da capacitação dos professores e corpo técnico das instituições escolares, importante para a realização das atividades de Educação Patrimonial.

Na próxima subseção vamos apontar alguns aspectos teóricos e práticos da Educação Patrimonial que podem fornecer aos docentes de História reflexões e subsídios ao utilizar a Fortaleza de São José de Macapá como um patrimônio a ser estudado em sala de aula.

### 3.3 CAMINHOS PARA A UTILIZAÇÃO DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ COMO RECURSO DIDÁTICO NAS AULAS DE HISTÓRIA

Pretendemos aqui, utilizando como referência os TCM sintetizados anteriormente (das autoras Ribeiro (2020), Silva (2018), Souza (2020) e Nascimento (2018)), além do produto de Doval Tomaz de Brito (2021), os ensinamentos de Isabel Barca sobre o modelo de aula oficina e a metodologia da Educação Patrimonial, traçar um caminho para que os docentes de História possam utilizar a Fortaleza de São José de Macapá no ambiente escolar.

O TCM de Brito (2021) nos remete a edificação histórica da Fortaleza com certas particularidades que podem ser aproveitadas em sala de aula. Segundo o autor:

Os monumentos históricos, como a Fortaleza de São José de Macapá, assumem função pedagógica privilegiada como fontes informativas para o conhecimento histórico e sociocultural, e podem servir de ponto de partida para o desenvolvimento de saberes específicos dos componentes curriculares dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos). (BRITO, 2021, p.52).

Cabe destacar o pioneirismo da pesquisa de Brito (2021) não só para a confecção desta subseção do nosso trabalho, mas também como ferramenta docente para a utilização da Fortaleza nas aulas de História, sob a perspectiva da Educação Patrimonial. O produto do seu TCM é um livro paradidático que possui como finalidade:

A análise e compreensão da importância da fortificação no contexto colonial, e sua ressignificação a partir da criação do Território Federal do Amapá. Incluem ainda a identificação dos laços históricos e socioculturais entre a Fortaleza e os grupos étnicos amapaenses. (BRITO, 2021, p.3).

O livro, denominado **Fortaleza de São José de Macapá: da construção à transformação em ícone da Amapalidade**, constitui um “recurso para que sirva como suporte e referência para o ensino de história e cultura amapaense, em aliança com a educação voltada para o patrimônio, tendo como objeto central a Fortaleza [...] (BRITO, 2021, p.27)”. Paralelamente a isso, o autor esclarece que o Livro Paradidático trata de

alguns conceitos e temas de maneira mais profunda do que as que estão presentes nos livros didáticos de História. Para ter essa conclusão, o autor analisou a presença da Fortaleza em algumas coleções do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), a partir de 2017.

A publicação está dividida em cinco capítulos que destacam os motivos que levaram a Fortaleza a ser o maior patrimônio do Amapá e a relação do monumento com a formação sociocultural amapaense. Conforme o autor, o livro faz um “apanhado histórico de como se deu esse processo de transformação simbólica da Fortaleza, de um elemento representante de poder para um patrimônio das diversas categorias sociais amapaenses” (BRITO, 2021, p.28)”. Além destes elementos, no último capítulo, o livro apresenta um conjunto de propostas pedagógicas elaboradas pelo autor de acordo com a BNCC direcionadas para os docentes de todos os componentes curriculares do 6º ao 9º do Ensino Fundamental (Anos Finais).

Desta forma, acreditamos que o livro paradidático é um recurso pedagógico de fundamental importância para o trabalho do professor de História ao utilizar a Fortaleza no ambiente escolar, contribuindo significativamente para a formação dos discentes. Assim, o Livro colabora para a complementação de outros livros didáticos, pois traz uma diversificação de fontes históricas para serem utilizadas em sala de aula. Selva Guimarães (2013), esclarece que:

Diversificar as fontes utilizadas em sala de aula tem sido um dos maiores desafios dos professores de História da atualidade. Isso implica redimensionar as relações professor-aluno-saber. Implica superar a relação de submissão de professores e alunos ao saber difundido e não ceder à sedução exclusivista do livro didático. A sala de aula não é um mero espaço de transposição didática e reprodução de conteúdos, logo, requer de nós uma postura de criticidade diante do conteúdo veiculado (GUIMARÃES, 2013, p.103).

Observando os TCM das autoras Ribeiro (2020), Silva (2018), Souza (2020) e Nascimento (2018) e o Livro Paradidático produzido por Brito (2021), consideramos que a metodologia da Educação Patrimonial poderá ser favorável para trazer a Fortaleza de São José de Macapá como um patrimônio importante a ser estudado.

A metodologia da Educação Patrimonial poderá ser utilizada por meio de aulas-oficina, proposta desenvolvida pela historiadora Isabel Barca (2013). Inclusive essa proposta foi utilizada por Silva (2018) ao trabalhar com a cultura maracá (como descrito

no item 3.2). Aliar a metodologia da Educação Patrimonial com as aulas-oficina pode evidenciar momentos de significativo aprendizado sobre a História da Fortaleza de São José de Macapá, tornando o aluno mais ativo no processo de ensino sobre esse patrimônio, escapando do modelo de ensino tradicional.

Barca (2013) defende o uso de recortes temáticos em sala de aula e a partir da escolha do tema, o professor deve desenvolver junto aos alunos questionamentos cuja finalidade é levantar os conhecimentos prévios dos educandos sobre a temática. Em seguida, o educador deve escolher as fontes históricas que serão trabalhadas no decorrer da aula e guiar os alunos ao examinar os materiais, ao fazer conclusões e comparações de modo que todos participem da dinâmica, cabendo ao docente a responsabilidade de conduzir, avaliar e reconceitualizar ações.

Ao fazer uma comparação entre o modelo tradicional de ensino e a aula oficina, os autores Silva, Mendes e Nicolini (2021, p.106) em seus estudos pontuam que:

A expressão aula-oficina, portanto, foi adotada para estabelecer uma demarcação em relação às aulas meramente expositivas, que se aproximam do modelo praticado pelo ensino tradicional ou até mesmo pelo não-diretivo, em cuja dinâmica o aluno acaba tão somente repetindo informações que o professor oferece de forma centralizadora. Ao contrário dessa imposição, a aula-oficina permite a exploração e análise de ideias prévias dos alunos e do conseqüente processo de construção do pensamento histórico em aula, cujo ambiente é marcado pela perspectiva construtivista.

Ainda com relação a aula-oficina, ressaltamos a visão de Silva (2020) sobre o conceito. A pesquisadora através da atividade “Oficina de cerâmica Caretas Maracá” (tratada no item 3.2), executou esse modelo pedagógico em sala de aula. Silva considera que

A aula oficina claramente rompe com a ideia de um ensino de história distante do aluno e radicalmente centrado na figura do professor. Torna-se assim, um mecanismo para afastar a noção de aula meramente expositiva, na medida em que propõe um aprendizado envolvendo a participação dos estudantes (SILVA, 2020, p.63).

Para concluir esta sugestão ao trabalho docente sobre o uso pedagógico da Fortaleza no ambiente escolar, apontamos o **Manual de Atividades Prática de Educação Patrimonial**, de Evelina Grunberg (2007). Esta obra traz um conjunto de atividades que podem ser aliadas ao modelo de aulas-oficina, aplicadas com crianças,

jovens e adultos de maneira que possam “provocar neles uma atitude favorável para com os bens culturais que fazem parte do nosso Patrimônio Cultural Brasileiro”(GRUNBERG, 2007, p2). Ademais, as atividades descritas no manual são condizentes com as etapas que fazem parte da metodologia da Educação Patrimonial.

Uma das atividades que pode ser utilizada é a “Descoberta de um tesouro”. Nessa atividade o aluno se torna um sujeito ativo do processo de ensino e aprendizagem, dividindo o palco com o docente, pois, conforme a proposta do manual essa atividade poderá:

- Se desenvolvida individualmente ou em grupo (2, 3 ou 4 participantes).
- Pode ser solicitado que os alunos identifiquem o patrimônio Fortaleza de São José de Macapá (bem cultural material), expressando o significado para a comunidade amapaense.
- Após essa identificação, pedir que cada aluno faça um registro, o mais completo possível desse patrimônio. Pode escolher uma forma de registro (escrita, desenhada, fotografada, descrita oralmente (gravada), filmada etc.).
- Com o “olhar de detetive” e todas as aptidões desenvolvidas, através das atividades propostas anteriormente, o docente poderá estipular um certo tempo que permita aos estudantes desenvolver uma pesquisa a respeito do patrimônio, consultando a própria comunidade, com entrevista de familiares, pessoas que moram no entorno do patrimônio ou participantes do tema escolhido. Além disso, os estudantes podem acessar arquivos, bibliotecas, revistas e outras fontes de consulta.
- Entre as fontes podem ser consultados autores utilizados na primeira e segunda seções deste TCC que abordam sobre a historicidade do patrimônio Fortaleza, tais como: aspectos sobre a história da Fortaleza de São José de Macapá; a Fortaleza como marca da ocupação portuguesa nas terras do Cabo Norte; o seu processo de construção, evidenciando o projeto e os “trabalhadores da pedra”; os usos da edificação do período colonial até presentemente; o processo de patrimonialização da Fortaleza, seu tombamento, os recentes estudos arqueológicos e a presença da Fortaleza na lista indicativa a patrimônio mundial da humanidade e formas de ensinar para conscientizar e valorizar.

- Com todos os dados levantados poderá ser proposto que os estudantes, ao se apropriarem de todo o conhecimento possível a respeito desse bem cultural, problematizem e façam uma interpretação do patrimônio e comuniquem, de forma criativa, a experiência vivida.

- Por meio de uma interpretação/recriação do bem cultural (com base na coleta de dados), os discentes podem expressar seu significado e valorização para a comunidade, utilizando diferentes formas de expressão: pintura, escultura, dança, música, teatro, dramatização, fotografia, poesia, textos, vídeos, jornais etc., na qual emitirão seu juízo de valor. (GRUNBERG, 2007).

Portanto, acreditamos que esta seja uma das maneiras de inserir a Fortaleza de São José de Macapá no ambiente escolar do Ensino Fundamental para assim cumprir os objetos de conhecimento e habilidades destinados a História local, presentes no RCA, para este público, de modo a despertar o interesse docente em executar práticas educativas que tornem os alunos sujeitos mais ativos em sala de aula.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação a proposta deste trabalho em evidenciar a história e as potencialidades existentes na utilização da Fortaleza de São José de Macapá no espaço escolar, consideramos que os ensinamentos de Camilo (2003); Machado (2001); Brito (2013); Bombardi (2015); Castro (1999); Costa (2015); Cambraia (2011) e Ravena (2008) são de monumental importância para compreender a historiografia inerente ao Patrimônio Cultural aqui examinado. De igual modo as obras de Picanço (1981); Magalhães (2006); Albuquerque (2007); Albuquerque e Lucena (2010); Oliveira (2019) nos mostram o quanto os elementos edificados presentes, até hoje, no patrimônio Fortaleza são capazes de mostrar a sua importância para os mais diversos campos do conhecimento, sendo a sua presença na Carta do Recife mais do que justificada e a sua conservação um dever.

Ainda por cima, a pesquisa bibliográfica das dissertações de mestrado do PROFHISTÓRIA-UNIFAP mostrou a maneira que os pesquisadores desenvolveram ações em Educação Patrimonial no ambiente escolar utilizando a cultura material e isto mostrou-se de fundamental importância para desenvolver propostas pedagógicas com ênfase no patrimônio Fortaleza de São José de Macapá, assim como mostrar um caminho para que os docentes possam incrementar a sua prática profissional.

Desse modo, por meio da pesquisa bibliográfica, foi possível confirmar a nossa hipótese sobre a justificativa de que a Fortaleza possui uma historiografia única, capaz de abordar questões como a formação do atual Estado do Amapá, além de mostrar as origens da sociedade que aqui habita. Ademais, levar a Fortaleza para dentro dos muros escolares através da prática da Educação Patrimonial é um dos percursos que se fazem necessários para a sua conservação. Portanto, pesquisas como as realizadas por Silva (2018); Ribeiro (2020); Souza (2020); Nascimento (2018); Brito (2021) podem contribuir para esse debate e para elaboração de propostas didáticas que levem docentes e discentes a construir um sentimento de pertencimento e valorização do patrimônio cultural de um dos monumentos mais antigos da cidade de Macapá-Amapá.

Desta forma, esse estudo serviu para evidenciar a importância que a Fortaleza de São José de Macapá possui, conforme estudos de campos do saber como a História e a Arqueologia. Estudos que enfatizam a necessidade de sua conservação em ações

desenvolvidas tanto pelo poder público quanto pela comunidade em geral. Mais uma estratégia para sua preservação pode ser a utilização das potencialidades da Educação Patrimonial como recurso didático para as aulas de História.

Portanto, como resultado desse estudo, demonstramos as potencialidades educativas ao aliar Patrimônio Cultural, Ensino de História e a Educação Patrimonial, além de evidenciarmos a relevância histórica da Fortaleza de São José de Macapá e como esse patrimônio poderá ser utilizado como recurso didático nas aulas de História. Consideramos que a temática estudada nesse TCC abre possibilidades para novas pesquisas e possui a pretensão de contribuir para o Ensino de História local, que nas observações dos professores pesquisadores sofreu um grande retrocesso no Estado do Amapá, após o fim do componente curricular Estudos Amazônicos e Amapaenses.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia da Fortaleza São José de Macapá. **Revista da Cultura**. Rio de Janeiro, n. 14, ano VIII, p 41-46, Jun./2008.
- \_\_\_\_\_. Remanescentes materiais do Período Pombalino no Amapá. **ARCO Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**, Olinda, v.1, n. 1, p. 16, 2006. Disponível em: [http://www.restaurabr.org/arc/arc01pdf/016\\_MarcosAlbuquerque.pdf](http://www.restaurabr.org/arc/arc01pdf/016_MarcosAlbuquerque.pdf). Acesso em fev. de 2022.
- \_\_\_\_\_; LUCENA, Veleda. Arqueologia Amazônica: O potencial arqueológico dos assentamentos e fortificações de diferentes bandeiras. In: PEREIRA, Edithe; GUAPINDAIA, Vera (org.). **Arqueologia Amazônica**. Belém: MPEG; IPHAN; SECULT, 2010, p. 968-1019.
- ALVES JUNIOR, Alexandre Guilherme da Cruz. et. al. História do ensino de História: desafios para uma nova escrita de síntese. **Revista História Hoje**, São Paulo, vol. 10, n. 10, p. 294-312, 2021. Disponível em: < <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/606>>. Acesso em dez. de 2022
- AMAPÁ, **Referencial Curricular Amapaense: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Disponível em: < [encurtador.com.br/rwBGS](http://encurtador.com.br/rwBGS) >. Acesso em Ago. de 2021.
- BARCA, Isabel. Isabel Barca fala sobre o ensino de História. [Entrevista concedida a] Bruna Nicolielo. **Revista Nova Escola**, n. 260, 1 mar. de 2013. Disponível em:< [encurtador.com.br/eDOX0](http://encurtador.com.br/eDOX0) >. Acesso em 09 de mai. de 2022.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 5.ed, - São Paulo: Cortez, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <[encurtador.com.br/evA17](http://encurtador.com.br/evA17)>. Acesso em Jun. de 2021.
- BRASIL. **Lei 9.394 de dezembro de 1996**. Disponível em : < [encurtador.com.br/vERZ4](http://encurtador.com.br/vERZ4)>. Acesso em Ago. de 2021.
- BRASIL. Ministério Cultura, Turismo, Defesa. **A Carta do Recife**. Seminário Internacional das Fortificações Brasileiras. Recife, 2017. Disponível em: < <https://abre.ai/eJRF>>. Acesso em mar. de 2022.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos Temas Transversais**. Brasília: MECSEF, 1998.
- BRITO, Carla Marinho. **Visualidades da Fortaleza de São José de Macapá em interação com uma escola pública da cidade de Macapá**. 220f. Dissertação (Mestrado). UFPB-UFPE, 2013.
- BRITO, Doval Tomaz de. **Fortaleza de São José de Macapá: da construção à transformação em ícone da amapalidade**. Macapá, 2021. 33f. Dissertação(Mestrado). Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História.
- BOMBARDI, Fernanda Aires. Fortificações militares nas capitanias do Cabo do Norte e Pará: território, povoamento e comércio (1668-1706). In. RODRIGUES, Fernando da Silva; FERRAZ, Francisco; PINTO, Surama Conde Sá (Orgs.). **História Militar: Novos caminhos e novas abordagens**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O fecho do Império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. pp.129-193
- CAMILO, Janaina. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**. Dissertação (mestrado). Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- COSTA, Graciete Guerra da. **Fortes portugueses na Amazônia brasileira**. Brasília: UnB, 2015.
- COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. “Nesse sertão não nomeio nenhum cabo de canoa: o público e o privado na Amazônia portuguesa do século XVIII”. In: OLIVEIRA et.al. **Do lado de cá, fragmentos de História do Amapá**. Belém: Açai, 2011, pp. 21-36.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados- 13 ed.** Campinas, São Paulo, Papyrus, 2012.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.
- HORTA, Maria de L. P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.
- LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- LOPES, Sérgio Nunes. MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. Considerações acerca do Patrimônio Histórico e Cultural na legislação brasileira. In: PAIN, Elison Antônio. GUIMARÃES, Maria de Fátima (Orgs.). **História, Memória e Patrimônio: possibilidades educativas**. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.
- MACHADO, Claudete Nascimento. **Os olhares a Fortaleza de São José de Macapá: do tombamento (1950) aos dias de hoje (2001)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- MAGALHÃES, Marcos Pereira. Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 1, n. 3, p. 33-59, set-dez, 2006. Disponível em: <<https://abre.ai/eJRQ>>. Acesso em out. de 2021.
- MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016.
- MENDES, Breno; NICOLINI, Cristiano; SILVA, Maria da Conceição. **A aula-oficina e suas possibilidades: vinte anos depois, 1999-2019**. In: ALVES, Luis Alberto Marques. et.al. **Vinte Anos das Jornadas Internacionais de Educação Histórica**. 1º ed. – Porto: CITCEM, 2021.
- PESSOA, Mônica Nascimento. ; VENERA, Raquel Alvarenga Sena. Repensando o passado e o presente dos afrodescendentes a partir da Fortaleza de São José de Macapá. **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 12, p. 107-124, 2015. Disponível em <<https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/319/288>>. Acesso em Jan. de 2022.
- PICANÇO, Estácio Vidal. **Informações sobre a História do Amapá (1500-1900)**. Macapá, Imprensa Oficial, 1981.
- RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 8, n. 2, dez. 2008. ISSN 2179-7536.

Disponível em:<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/55>>. Acesso em 27 fev. de 2022.

RIBEIRO, Eliana da Silva. **Histórias e Culturas em Nossos Quintais**: possibilidades de usos no Ensino de História do Sítio Arqueológico Pacoval em Macapá, Amapá/Brasil. Macapá, 2020. 127f. Dissertação(Mestrado). Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História.

SANTOS, E. R. C.; SOUZA, D. A. S. de. Vilas, circulação e espaços produtivos nas terras do Cabo Norte. **Geo**. UERJ, Rio de Janeiro, n. 40, p.1-13, 2022. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/64995/41193>. Acesso em dezembro de 2022.

SILVA, Jackeline Samara Maciel da. **Escavando conhecimentos**: patrimônio arqueológico Maracá no Ensino de História do Amapá. Dissertação de Mestrado. Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2018. Disponível em: [encurtador.com.br/bqH23](http://encurtador.com.br/bqH23). Acesso em 22 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Educação Patrimonial e Cultura Maracá: possibilidades educativas para o Ensino de História. *In*: NASCIMENTO, Angela. et.al. **Vivendo na beira: teoria e prática pedagógica no ensino de história no Amapá**. 1º ed. – Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

SOUZA, Arlete Pereira de. **Povos do Oiapoque no Ensino de História**: Um Jogo de Tabuleiro para Ensinar História e Patrimônio Cultural indígena na Educação Básica. Macapá, 2020. 175 f. Dissertação(Mestrado). Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História.